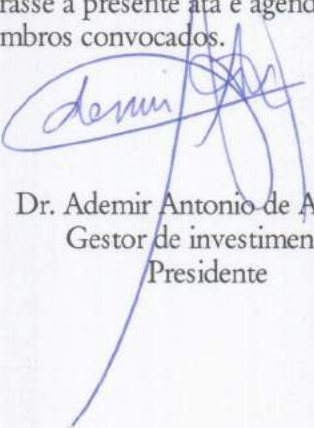


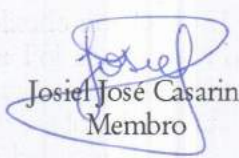


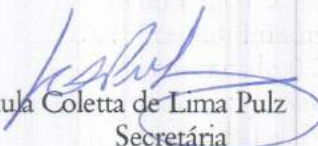
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CONCHAL - CONCHALPREV

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS – COMIN

Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezesseis (31/05/2016), na sala de reuniões do CONCHALPREV, sita na Rua XV de Novembro, 587, Centro, realizou-se a 49.ª Sessão Ordinária do Comitê de Investimentos do CONCHALPREV, instituído pela Portaria n.º 264, de 03 de novembro de 2015. Presentes o Presidente Dr. Ademir Antonio de Azevedo, a Sra. Maria Paula Coletta de Lima Pulz – Secretária e Sr. Josiel José Casarin - membro. PAUTA: **01) Aprovação da Ata** da 48ª Reunião Ordinária do Comitê, que será apresentada ao Conselho de Administração do Instituto. A ata, depois de lida, foi aprovada por unanimidade de membros. **02) Análise da conjuntura econômica** nacional e internacional nos meses de abril e maio de 2016 e perspectivas para junho. A análise da conjuntura foi realizada com textos e indicadores produzidos pelo mercado como de costume. **03) Aplicações dos recursos** provenientes de repasses do presente mês, autorizadas previamente pelo Conselho de Administração. No mês foram realizadas operações de rotina conforme APR's arquivadas em pasta própria e colocadas à disposição dos interessados e disponíveis ainda no endereço eletrônico do ConchalPrev, no link: <http://www.conchalprev.com.br>. Também foi realizado o resgate do fundo IPCA IX da Caixa Econômica Federal, tendo em vista o encerramento do fundo. O valor de R\$1.689.709,50 foi aplicado no Fundo IMAB da mesma instituição. Também foi realizado o resgate de R\$494.982,68 do Fundo Perfil do Banco do Brasil e aplicado no Fundo IDKA (conta de despesas administrativas) no mesmo banco. **04) Rentabilidade do mês:** Foi apresentado o relatório consolidado de rendimentos do mês de maio, com retorno de 0,26% contra a meta de 1,27%. **05) Boletim Focus.** Foi apresentado o último Boletim Focus com as expectativas do mercado sobre a inflação, crescimento do PIB, evolução do dólar frente ao real entre outros dados. Nada mais havendo a tratar a Presidente então encerrou a reunião e determinou que eu, (), Maria Paula Coletta de Lima Pulz, Secretária, lavrasse a presente ata e agendou a próxima reunião para o dia 29 de junho de 2016, às 10h30min, saindo os membros convocados.


Dr. Ademir Antonio de Azevedo
Gestor de investimentos
Presidente


Josiel José Casarin
Membro


Maria Paula Coletta de Lima Pulz
Secretária

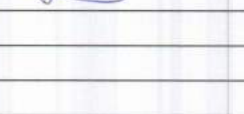


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
MUNICIPAIS DE CONCHAL - CONCHALPREV

49.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 31/05/2016

LISTA DE PRESENÇA

NOME	CARGO	ASSINATURA
Ademir Antonio de Azevedo	DASI GESTÃO	
Maria Paula C. de L. Pulz	Dir. Financeiro	
Josiel José Casarin	Membro	



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CONCHAL - CONCHALPREV

NOTÍCIAS E INDICADORES

TCU vê desequilíbrios em regimes de previdência de servidores de estados, DF e municípios.
Fonte: Tribunal de Contas da União

Estimativa de déficit da previdência de servidores públicos dos estados, Distrito Federal e municípios para os próximos 75 anos é de R\$2,8 trilhões. Essa foi uma das constatações do Tribunal de Contas da União (TCU) após realizar um diagnóstico dos Regimes Próprios da Previdência Social (RPPS) dos entes federativos. Foram avaliados 2.089 entes, cobrindo 7,6 milhões de segurados, entre 5,1 milhões de servidores ativos, 1,9 milhões de aposentados e 623 mil pensionistas.

O objetivo do diagnóstico foi avaliar se há e quais são os riscos à sustentabilidade do sistema brasileiro de previdência dos servidores públicos e todo o aparato institucional que os regula e fiscaliza.

A avaliação atuarial serve para estimar quanto custa ofertar um conjunto de benefícios previdenciários para uma dada população de segurados, determinando fontes de financiamento suficientes para assegurar a cobertura desses custos, ao longo do tempo. Em relação a esse déficit atuarial, cujos dados são relativos a 2014, o TCU viu que 86% está concentrado em 30 regimes de estados e grandes municípios com valores superiores a R\$10 bilhões. Em comparação ao PIB os dados também preocupam. Entre os anos de 2011 e 2014, o déficit atuarial agregado dos estados alcançou, no final desse período, 50% do PIB. Nos municípios e na União, os déficits são da ordem, em 2014, de 10% e 20% do PIB, respectivamente.

Segundo o relator da fiscalização, ministro Vital do Rêgo, o déficit atuarial dos estados, DF e municípios, somado ao déficit da União preocupam. "Os dados evidenciam o tamanho da crise fiscal que se delineia e o risco sistêmico que se disseminará com uma crise fiscal dos entes", disse.

No que diz respeito ao monitoramento de curto prazo dos RPPS, em 2014 havia 454 planos com resultado negativo de R\$48,7 bilhões, ou seja, para os quais a receita de contribuições não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo plano do regime próprio. Além do elevado déficit financeiro, ao final de 2014, o total de ativos integrantes dos fundos vinculados aos RPPS alcançou R\$ 158 bilhões, suficiente para o pagamento de apenas um ano de benefícios.

O TCU também observou um aumento do número de Certificados de Regularidade Previdenciária (CRP) obtidos por meio de decisões judiciais. O CRP atesta que o ente federativo segue as normas de boa gestão e transparência para assegurar o pagamento dos benefícios ao longo do tempo. Caso o ente não obtenha o certificado, é feito o bloqueio ao acesso de canais importantes de financiamento e recebimento de recursos federais. Assim, há entes que recorrem ao Poder Judiciário questionando a validade da norma que instituiu o CRP.

Rua XV de Novembro, nº 587, Centro, Conchal (SP) - CEP: 13.835-000

Telefone: (19) 3866-3948- C.N.P.J.: 04.106.469/0001-60

Endereço eletrônico www.conchalprev.com.br - e-mail: conchalprev@conchal.sp.gov.br



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CONCHAL - CONCHALPREV

Segundo Vital do Rêgo, "o fenômeno da judicialização é preocupante, pois à medida que a quantidade de entes com CRP judicial cresce, chegando a representar 12% do total de entes que possuem RPPS, a efetividade do sistema de obrigações e sanções, bem como a autoridade do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), na qualidade de órgão responsável pela supervisão, orientação e coordenação dos RPPS, se veem reduzidas", ponderou.

Diante desse achado, o TCU determinou à Casa Civil da Presidência da República e à Secretaria de Previdência Social (SPS) que apresentem em 180 dias estudos com estratégias para mitigar os riscos de enfraquecimento da lei de obtenção do CRP.

Agora, os resultados apresentados servirão de base para análises feitas em auditoria coordenada com a participação de 29 tribunais de contas ainda em 2016.

Análise de Conjuntura

Juros - As taxas de juros domésticas registraram alta na maior parte dos vencimentos durante o mês de maio. Apesar do ambiente de estabilidade na aversão ao risco internacional, a expectativa de que está próximo um novo aumento dos juros nos EUA, juntamente com uma safra de dados mais fracos na maioria das economias emergentes, tornou o ambiente desfavorável para os ativos domésticos. Por sua vez, internamente, apesar da curva de juros ter recebido impacto positivo das expectativas de mudanças na condução da política econômica doméstica, o agitado noticiário interno, sobretudo no campo político, exerceu importante influência negativa sobre o comportamento dos mercados em geral, colaborando para a abertura da curva de juros futuros. Além disso, a elevação do prêmio de risco doméstico e a desvalorização da taxa de câmbio ocorrida ao longo do mês ajudaram a reforçar o movimento. Entre os contratos futuros de juros mais negociados na BM&F, o contrato com vencimento em jan/17 encerrou o último dia do mês de janeiro com taxa de 13,65% (de 13,62% do mês anterior); o vencimento jan/18 projetava 1,83% (de 12,71%) e o vencimento jan/21 encerrou com taxa de 12,85% (de 12,41% no último dia do mês anterior).

Câmbio - Após três meses consecutivos de ganhos, o real encerrou o mês de maio com desvalorização frente ao dólar que fechou o período cotado a R\$3,60, uma alta de 4,2%. No ano, há valorização de 7,9% e, em 12 meses, desvalorização do real frente ao dólar em 13,1%. O desempenho da moeda americana ante o real foi em linha com o observado frente a grande parte das divisas de países emergentes, porém em maior intensidade – o dólar apresentou ganhos de 1,03% ante uma cesta de moedas emergentes. Entre os motivadores externos para o movimento do câmbio encontram-se a safra de dados econômicos mais fracos na China, que reforçam os receios em torno da maior parte das economias emergentes, afetando ainda o desempenho das principais commodities, a percepção de que o Banco Central americano poderá elevar os juros em breve, hipótese reforçada pela Ata do Comitê de Política Monetária, e pela agenda macroeconômica satisfatória do país divulgada no mês. A conjugação desses fatores beneficiou também o

Rua XV de Novembro, nº 587, Centro, Conchal (SP) - CEP: 13.835-000

Telefone: (19) 3866-3948 - C.N.P.J.: 04.106.469/0001-60

Endereço eletrônico www.conchalprev.com.br – e-mail: conchalprev@conchal.sp.gov.br



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CONCHAL - CONCHALPREV

desempenho do dólar ante a maioria das moedas – o índice DXY subiu 3,02%. Ante o Euro, a moeda americana valorizou-se em 2,86%. Internamente, a desvalorização da moeda doméstica recebeu influência da agenda macroeconômica majoritariamente negativa, do turbulento noticiário político doméstico e da elevação do prêmio de risco ao longo do mês.

ENQUADRAMENTO LEGAL



CONCHAL

31/05/2016

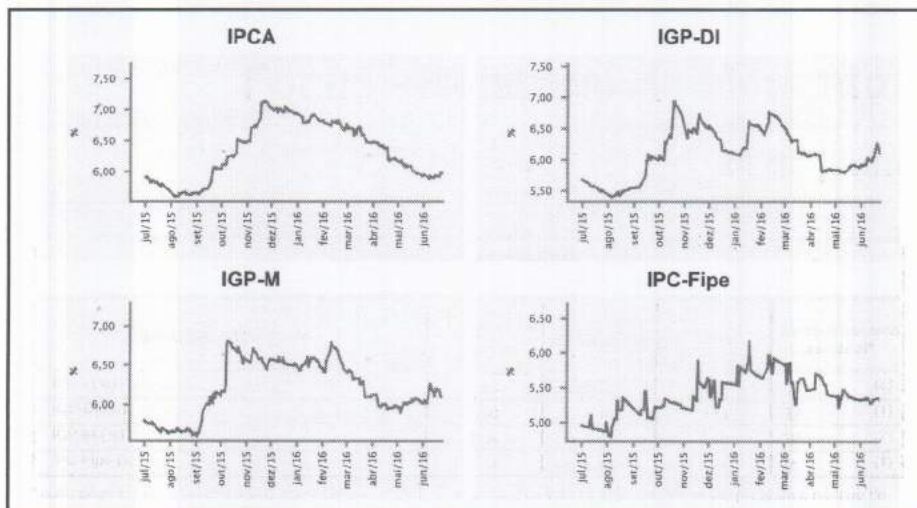
Fundo	Valor Investido R\$	% Recursos	Limite Pl	PL Fundo	% PL Fundo	Adequação Fundo	Diversificação RPPS	Fundo	1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	No Ano
CONSOLIDADO													
MIETA ATUARIAL (INPC + 6%)	40.333.112,76	100,00%	210,00%						0,26%	4,31%	9,25%	9,38%	7,78%
MIETA ATUARIAL (IPCA + 6%)	4.041.448,50	10,02%							1,47%	3,57%	8,66%	16,41%	7,17%
Títulos Públicos									1,27%	3,33%	8,16%	15,88%	6,61%
CARTEIRA PRÓPRIA CONCHAL	4.041.448,50	10,02%											
Fundos que contenham somente títulos públicos	25.498.436,12	63,22%	80,00%						-1,56%	11,18%	17,86%	12,85%	16,34%
BB PREVIDENCIÁRIO RF IDCA 2 FI	2.699.045,06	6,69%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B TIT PUBL FI	1.548.960,75	3,84%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	1.610.535,60	3,99%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	3.150.535,60	7,81%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	1.787.577.158,22	0,18%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	7.640.028.028,57	0,01%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	404.107,02	1,00%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	450.397.889,35	0,27%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	352.806.354,62	0,18%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	2.304.430.217,74	0,29%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF IMA B5 FI	515.957.454,75	0,31%											
CAIXA FI BRASIL 2020 12 TP RF	1.612.134,26	4,00%											
CAIXA FI BRASIL IDCA 2A RF LP	1.365.383,08	3,39%											
FICARCA BRASIL IMA B 5 TP RF LP	2.040.567,46	5,06%											
FICARCA BRASIL IMA B 5 TP RF LP	2.521.121,65	6,25%											
Fundos Renda Fixa / Referenciados Renda Fixa IMA e IDCA													
CAIXA FIC NOVO BRASIL IMA B RF LP	3.821.561,86	9,47%	40,00%										
Fundo de Renda Fixa (Normal)	4.286.471,61	10,63%	30,00%										
BB PREVIDENCIÁRIO RF FLUXO FC FI	38.807,99	0,10%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF PERIL FC	509.176,16	1,26%											
BB PREVIDENCIÁRIO RF TIT PUBL IPCA III FI	3.738.487,46	9,27%											
FIDC													
FIDC Fechado													
Fundo Crédito Privado	88.828,30	0,25%	5,00%										
CAIXA FI BRASIL IPCA XI RF CRED PRIV	88.828,30	0,25%											
Fundos de Ações Referenciados													
Fundo de Índices de Ações													
Fundo de Ações	1.475.856,13	3,66%	5,00%										
CAIXA FIC AÇÕES VALOR DIVIDENDOS RPPS	948.469,27	2,35%											
GERACAO FUTURO DIVIDENDOS FIA	526.886,86	1,31%											
Fundos Multimercados													
GERACAO FUTURO FC FI MULTIMERCADO	1.111.912,24	2,75%	5,00%										
VOTORANTIM ATUARIAL MULT CRED PRIV FI	115.714,15	0,29%											
Fundos de Participações													
Fundo de Investimento Imobiliários													
Fundo de Investimento Imobiliários	995.128,09	2,47%	5,00%										

1 - As informações utilizadas na geração deste enquadramento foram obtidas junto ao RPPS que administra o plano e aos seus prestatadores de serviços, não sendo de responsabilidade da Risk Office quaisquer erros decorrentes de ruídos ou falhas de informação.
2 - Os dados de mercado utilizados para a verificação do enquadramento foram obtidos junto a fontes públicas nas quais a Risk Office não se responsabiliza pela acurácia desses dados.
3 - Adicionalmente, e preciso ressaltar que este relatório é confidencial, de uso restrito dos colaboradores e de caráter informativo. Não deve, portanto, ser utilizado para embasar quaisquer procedimentos junto aos órgãos reguladores ou fiscalizadores sem prévia autorização.
4 - Este documento tem caráter meramente informativo, cabendo única e exclusivamente ao usuário a responsabilidade por eventuais prejuízos decorrentes da utilização que faça ou venha a fazer das informações. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

Expectativas de Mercado				
Inflação nos próximos 12 meses suavizada				
Mediana - agregado	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	5,96	5,93	5,98	▲ (2)
IGP-DI (%)	5,90	6,12	6,11	▼ (1)
IGP-M (%)	6,06	6,20	6,10	▼ (2)
IPC-Fipe (%)	5,34	5,33	5,34	▲ (1)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

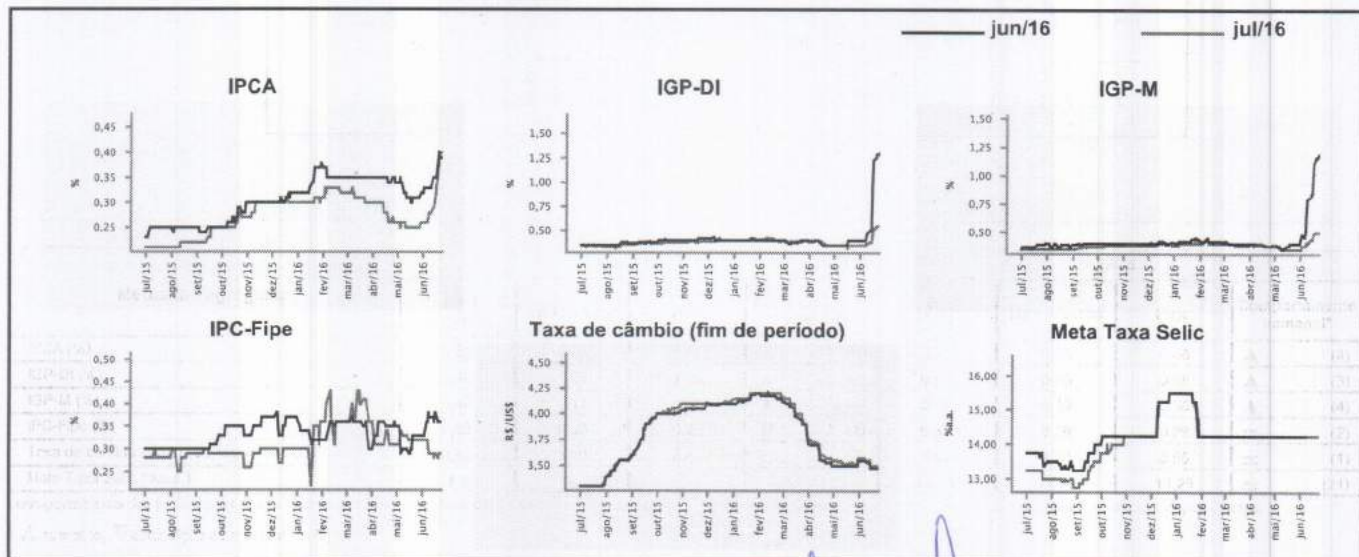
(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Expectativas de Mercado								
Mediana - agregado	jun/16				jul/16			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	0,31	0,35	0,39	▲ (2)	0,25	0,33	0,40	▲ (4)
IGP-DI (%)	0,40	1,23	1,30	▲ (3)	0,35	0,50	0,55	▲ (3)
IGP-M (%)	0,40	1,11	1,19	▲ (4)	0,35	0,49	0,50	▲ (4)
IPC-Fipe (%)	0,33	0,38	0,36	▼ (1)	0,32	0,29	0,29	= (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,48	3,48	= (1)	3,51	3,50	3,50	= (1)
Meta Taxa Selic (%a.a.)	14,25	-	-	=	14,25	14,25	14,25	= (21)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

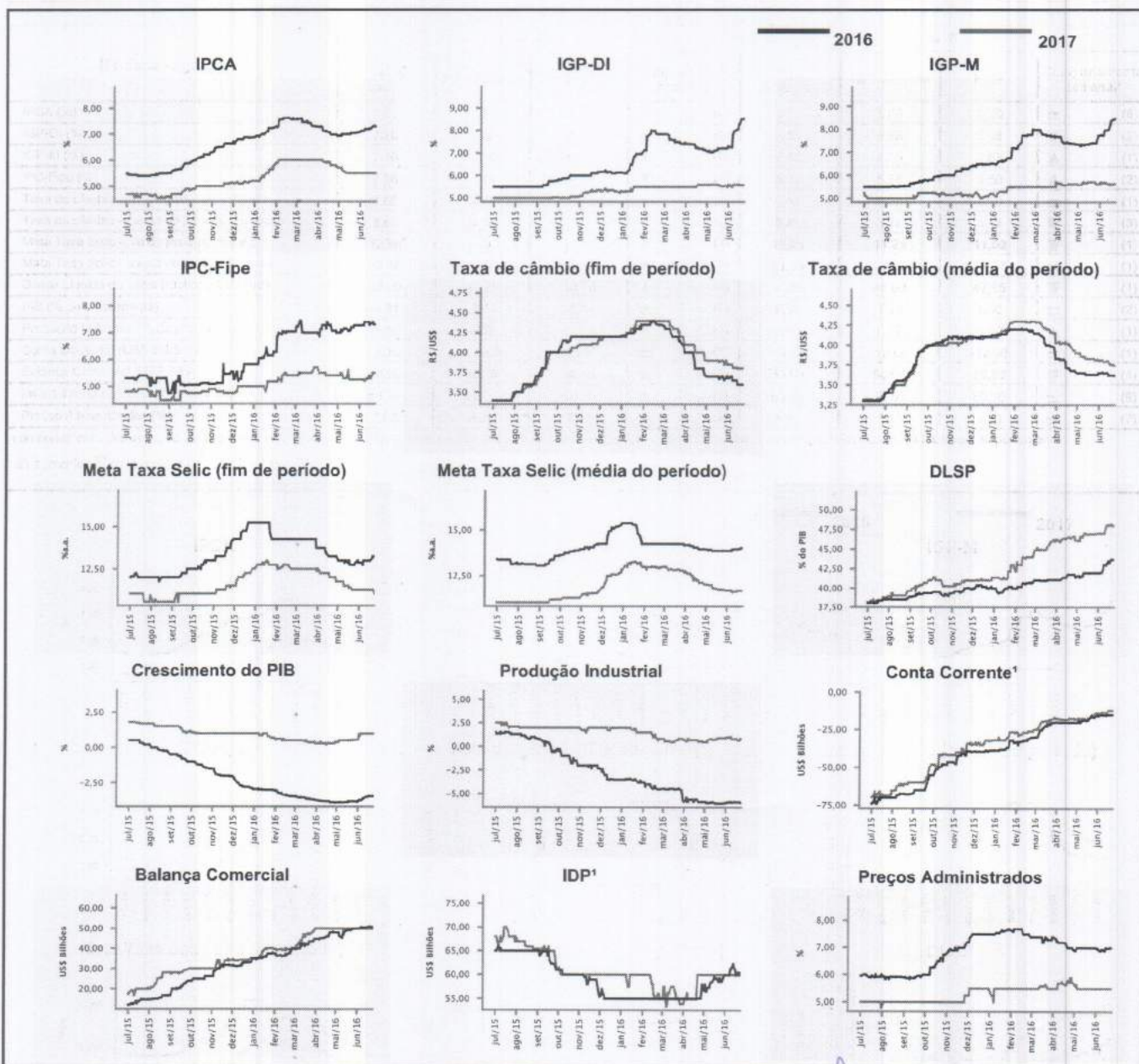
(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Mediana - agregado	Expectativas de Mercado				2017			
	2016				2017			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	7,06	7,25	7,29	▲ (6)	5,50	5,50	5,50	■ (6)
IGP-DI (%)	7,20	8,27	8,55	▲ (4)	5,56	5,59	5,58	▼ (2)
IGP-M (%)	7,40	8,34	8,47	▲ (6)	5,63	5,60	5,63	▲ (1)
IPC-Fipe (%)	7,26	7,34	7,30	▼ (2)	5,25	5,30	5,50	▲ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,65	3,60	3,60	■ (1)	3,85	3,80	3,80	■ (1)
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	3,63	3,62	3,61	▼ (2)	3,81	3,75	3,74	▼ (3)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	12,88	13,00	13,25	▲ (1)	11,25	11,25	11,00	▼ (1)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	13,88	13,97	14,03	▲ (1)	11,73	11,67	11,67	■ (1)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	42,00	43,25	43,70	▲ (3)	46,95	48,00	47,95	▼ (1)
PIB (% do crescimento)	-3,81	-3,44	-3,44	■ (1)	0,55	1,00	1,00	■ (2)
Produção Industrial (% do crescimento)	-6,00	-5,85	-5,89	▼ (1)	0,90	0,67	0,80	▲ (1)
Conta Corrente ¹ (US\$ Bilhões)	-16,62	-15,00	-15,00	■ (1)	-14,93	-12,00	-12,00	■ (1)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	50,00	50,76	50,76	■ (1)	50,00	50,07	50,00	▼ (1)
Invest. Direto no País ¹ (US\$ Bilhões)	58,64	60,00	60,50	▲ (1)	60,00	60,00	60,00	■ (9)
Preços Administrados (%)	7,00	6,99	7,00	▲ (2)	5,50	5,50	5,50	■ (7)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

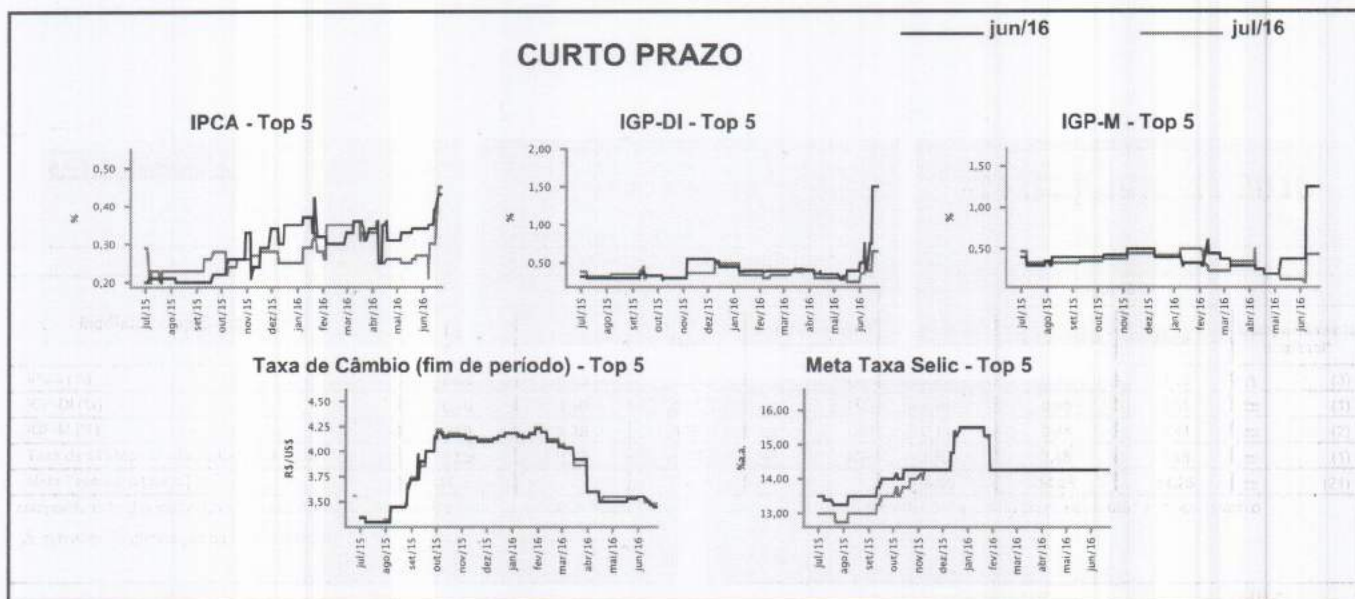


¹ Até 21/4/15, as expectativas de investimento estrangeiro direto (IED) e saldo em conta corrente seguiam a metodologia da 5ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos do FMI. Em 22/4/15, as instituições participantes foram orientadas a seguir a metodologia da 6ª edição, que considera investimento direto no país (IDP) no lugar de IED e altera o cálculo do saldo em conta corrente. Para mais informações, acesse <http://www.bcb.gov.br/76MANBALPGTO>.

Expectativas de Mercado								
Mediana - top 5 - curto prazo	jun/16				jul/16			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	0,34	0,40	0,43	▲ (3)	0,27	0,35	0,45	▲ (3)
IGP-DI (%)	0,40	1,50	1,50	= (1)	0,25	0,65	0,65	= (1)
IGP-M (%)	0,38	1,25	1,25	= (2)	0,13	0,44	0,44	= (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,53	3,47	3,45	▼ (3)	3,55	3,48	3,48	= (1)
Meta Taxa Selic (%a.a.)	14,25	-	-		14,25	14,25	14,25	= (21)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Expectativas de Mercado								
Mediana - top 5	2016				2017			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
Curto prazo								
IPCA (%)	7,13	7,50	7,44	▼ (1)	5,80	5,50	5,50	= (2)
IGP-DI (%)	7,20	9,03	9,03	= (1)	5,00	5,10	5,10	= (1)
IGP-M (%)	7,67	9,20	9,20	= (2)	6,57	5,90	5,90	= (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,70	3,60	3,60	= (2)	3,90	3,90	3,90	= (7)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,50	13,75	13,75	= (3)	11,25	10,63	10,63	= (1)
Médio prazo								
IPCA (%)	7,16	7,15	7,29	▲ (1)	5,50	5,30	5,30	= (2)
IGP-DI (%)	7,17	9,13	9,13	= (1)	5,53	5,50	5,50	= (3)
IGP-M (%)	7,42	8,96	9,13	▲ (4)	5,50	5,75	5,78	▲ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,40	3,39	▼ (3)	3,61	3,70	3,50	▼ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,50	13,75	13,75	= (3)	12,00	11,25	11,25	= (2)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

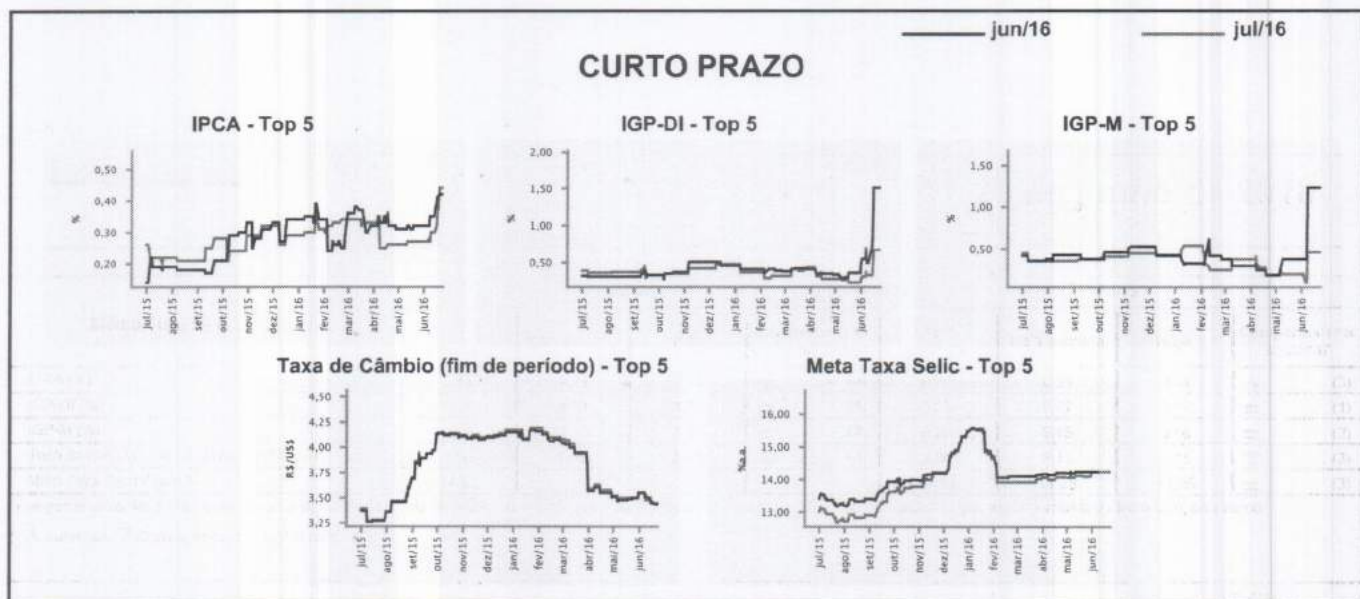
8 Jul

24 de junho de 2016

Expectativas de Mercado								
Média - top 5 - curto prazo	jun/16				jul/16			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	0,32	0,41	0,42	▲ (3)	0,27	0,34	0,44	▲ (3)
IGP-DI (%)	0,36	1,51	1,51	▬ (1)	0,23	0,67	0,67	▬ (1)
IGP-M (%)	0,38	1,23	1,23	▬ (2)	0,20	0,46	0,46	▬ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,45	3,44	▼ (3)	3,50	3,46	3,45	▼ (3)
Meta Taxa Selic (%a.a.)	14,25	-	-	-	14,10	14,25	14,25	▬ (3)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)



Expectativas de Mercado								
Média - top 5	2016				2017			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
Curto prazo								
IPCA (%)	7,13	7,39	7,48	▲ (3)	5,67	5,50	5,50	▬ (2)
IGP-DI (%)	7,13	8,96	8,96	▬ (1)	5,26	5,51	5,51	▬ (1)
IGP-M (%)	7,72	8,64	8,64	▬ (2)	6,12	5,72	5,72	▬ (2)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,62	3,60	3,62	▲ (1)	3,87	3,94	3,94	▬ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,40	13,67	13,63	▼ (1)	11,30	11,04	11,04	▬ (1)
Médio prazo								
IPCA (%)	7,11	7,04	7,12	▲ (1)	5,37	5,39	5,39	▬ (2)
IGP-DI (%)	7,07	9,06	9,06	▬ (1)	5,61	5,65	5,65	▬ (2)
IGP-M (%)	7,49	8,74	9,10	▲ (4)	5,90	5,92	6,07	▲ (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,50	3,46	3,42	▼ (1)	3,65	3,66	3,52	▼ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,55	13,63	13,63	▬ (3)	11,85	11,75	11,75	▬ (2)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

8 AH ul

Boletim RPPS

CAIXA

- ✕ Resenha Macroeconômica
- ✕ Comentários do Gestor
- ✕ Entenda o Mercado
- ✕ Fique de Olho
- ✕ Portfólio de Fundos

Gerência Nacional de Investidores Corporativos

(11) 3555-6350 – geico@caixa.gov.br



CAIXA

EUA: Em maio, o destaque foi reestabelecimento do balanço de riscos do Federal Reserve, que passou a considerar um novo aumento de juros em breve. A mudança na comunicação do Fed resultou em forte valorização do dólar e redirecionamento das expectativas do mercado, que precisava retomada do aperto monetário somente em 2017. A Ata do FOMC, divulgada em meados de maio mostrou que apesar da desaceleração da atividade no 1T16, os membros do Comitê estão confiantes de que a inflação seguirá em direção à meta de longo prazo e de que o mercado de trabalho continuará forte. Nesse sentido, caso as condições econômicas continuem favoráveis, interlocutores do Fed consideraram que será adequado uma nova alta de juros em breve. Entretanto, pesa contra uma elevação em junho o risco relacionado ao resultado do plebiscito no Reino Unido (BREXIT).



Sobre a atividade, de modo geral, os indicadores mostraram avanço em relação a abril. A segunda prévia do PIB do 1T16 mostrou revisão de 0,5% (T/T) para 0,8% (T/T), em termos anualizados. O movimento foi resultado da contribuição menos negativa dos investimentos e das exportações. O consumo, o maior componente do PIB, manteve a contribuição positiva de 1,3 p.p. para o resultado agregado. No mercado de trabalho, em abril foram criadas 160 mil vagas, contra 208 mil do mês anterior. No entanto, apesar do recuo mensal, a média móvel de três meses segue em torno de 200 mil. Com o resultado, a taxa de desemprego se manteve em 5,0%. A média de ganhos salariais surpreendeu positivamente ao subir de 2,3% para 2,5% na comparação anual, porém, as pressões sobre a inflação seguem controladas.

EUROPA: Na Zona do Euro, o destaque foi a revisão do PIB do 1T16. O crescimento atualizado passou de 0,6% para 0,5% (T/T), abaixo da expectativa do mercado (0,6%, T/T). Além disso, o PIB da Alemanha, principal economia do bloco, avançou de 0,3% para 0,7% (T/T), acima da projeção central do mercado (0,6%, T/T). O aumento do consumo das famílias, aliado ao bom desempenho do setor de construção, foram os propulsores do resultado. Por outro lado, os dados de frequência mensal divulgados em maio, sinalizaram que esse ritmo de crescimento não será sustentado ao longo do restante de 2016. Nesse sentido, destacamos o declínio das vendas no varejo em março (0,5%, M/M) e a retração de 0,8% (M/M) na produção industrial do mesmo período. O PMI de Manufatura também perdeu força em maio ao declinar de 51,7 para 51,5 pontos. O IPC (inflação) de maio mostrou queda de 0,1% na comparação anual. Com isso, a taxa segue abaixo da meta de longo prazo do BCE (2,0% A/A). No campo geopolítico, o foco recaiu sobre o plebiscito que definirá a permanência do Reino Unido na UE. O FMI alertou que haverá grande volatilidade no mercado financeiro, caso o referendo, que está marcado para o dia 23/06, seja favorável à saída. Porém, as últimas pesquisas sinalizam que o percentual dos favoráveis à permanência no bloco tem avançado de forma consistente, o que faz com que a saída seja vista como um evento pouco provável.

CHINA E JAPÃO: Na China, os dados de atividade divulgados em maio mostraram que apesar dos estímulos, a economia não está reagindo como o esperado. A produção industrial de abril desacelerou de 6,8% para 6,0% (A/A), enquanto as vendas no varejo (A/A) cresceram 10,1% ante a 10,5% no mês anterior. O PMI de manufatura recuou de 49,4 para 49,2 pontos em maio, sinalizando contração do setor. Em paralelo, houve queda nas concessões de crédito privado em abril, aumentando os desafios para manter a meta de crescimento, estipulada entre 6,5% a 7,0% (A/A). No Japão, Shinzo Abe, o primeiro ministro, sinalizou que adiará o novo aumento do imposto sobre consumo de abril de 2017 para outubro de 2019 em razão da perda de dinamismo da economia japonesa. Diante dos novos desafios, Abe sinalizou que o Banco Central do Japão (BoJ) voltará a ampliar em breve os estímulos monetários, mas sem usar de novos cortes na taxa de juros.

BRASIL: No Brasil, os destaques foram a aprovação da nova meta fiscal e o anúncio de propostas para tentar conter o crescimento dos gastos públicos. Em 25/05 o congresso aprovou o projeto de lei que permite o governo contabilizar déficit até R\$ 170,5 bilhões ou -2,4% do PIB em 2016, o que se confirmado, representará o pior resultado desde 1997. Diante desse cenário desafiador, o ministro da fazenda, Henrique Meirelles anunciou as primeiras propostas para conter a deterioração das contas públicas, dentre as quais se destacam: (i) a devolução pelo BNDES de ao menos R\$100 bi em recursos repassados pelo Tesouro Nacional nos últimos anos, (ii) a extinção do fundo soberano criado em 2008, que possui cerca de R\$ 2 bilhões em caixa e, (iii) a criação de um limite para o crescimento do gasto público. Sobre a primeira proposta mencionada, a ideia é receber R\$40 bi em 2016, R\$ 30 bi em 2017 e R\$ 30 bi em 2018. Sobre a atividade, alguns indicadores divulgados ao longo do mês sinalizaram que a recessão pode estar perdendo força. Nesse sentido, destacamos: (i) a produção industrial que cresceu 1,4% em março na comparação mensal, puxada pelos estímulos às exportações, em função da depreciação acumulada pelo Real em 2015, (ii) melhora generalizada dos índices de confiança e (iii) estoques mais bem ajustados. O mercado de trabalho apresentou piora, com a taxa de desemprego medida pela PNAD (IBGE) passando de 9,5% (nov-dez-jan/16) para 11,2% (fev-mar-abr/16). Essa foi a segunda maior alta da série histórica. Entre os setores, os maiores cortes de vagas foram observados na indústria geral e na construção civil.

INFLAÇÃO

O IPCA de maio teve alta de 0,78% (M/M), levemente acima de nossa projeção (0,76%) e da mediana de projeções calculada pela Bloomberg (0,75%). O resultado representa aceleração importante na comparação com a alta de 0,61% observada em abril. Do ponto de vista qualitativo, a composição do indicador apresentou sinais mistos. A média dos núcleos das três principais medidas acelerou de 0,70% para 0,84%, e a inflação dos preços livres manteve praticamente a mesma taxa. Por outro lado, os serviços voltaram a desacelerar (de 0,58% para 0,37%), assim como o índice de difusão que passou de 66,76% para 63,00%, se situando pelo segundo mês seguido abaixo da média dos últimos cinco anos. Para o IPCA de junho, nossa projeção inicial é 0,36%, em virtude da dissipação dos reajustes de preços administrados que ocorreram em maio, além da desaceleração dos alimentos devido a fatores sazonais.

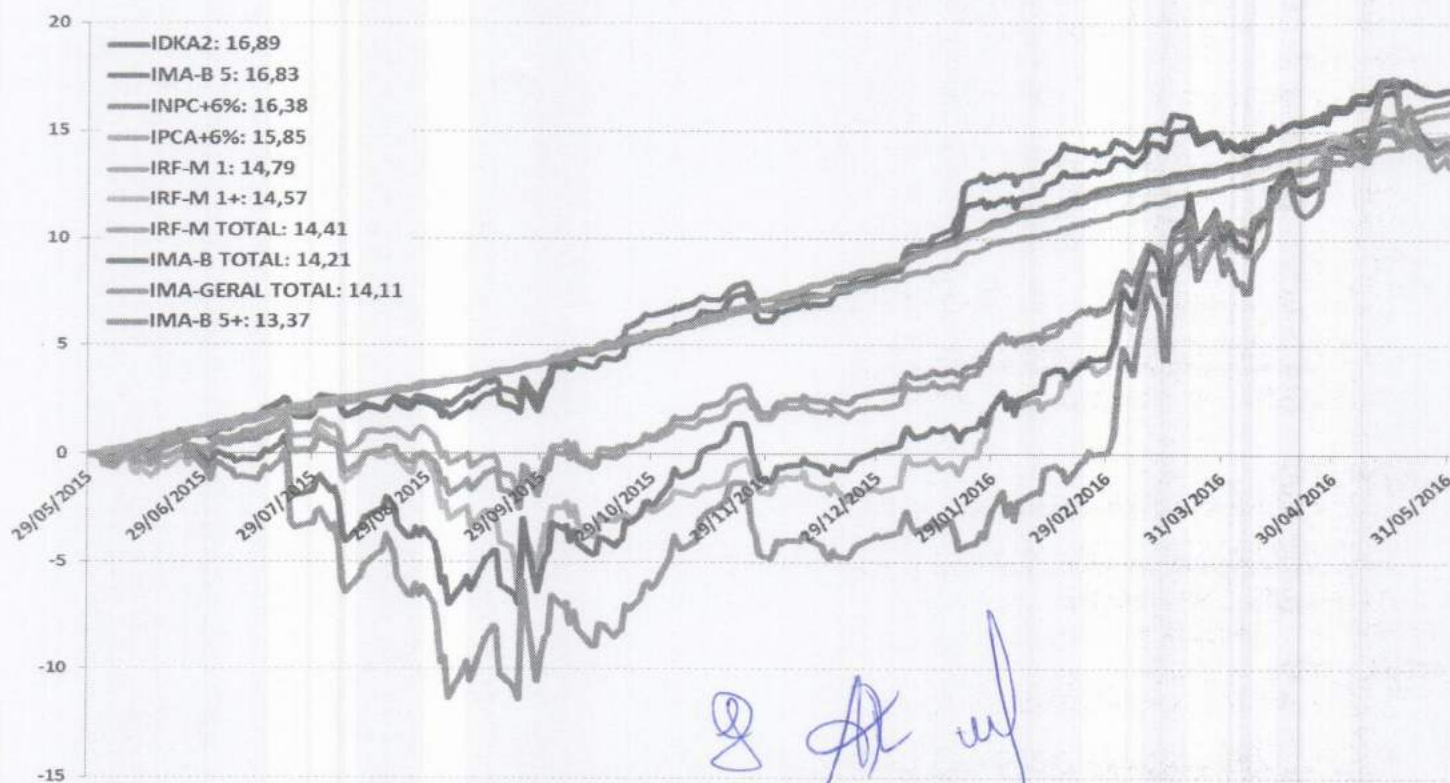
IRF-M

A curva de juros apresentou baixa volatilidade no mês de maio, com o mercado aguardando as diretrizes da nova equipe econômica. No geral, as taxas se elevaram principalmente nos vértices mais longos. A composição ministerial, assim como a composição dos cargos do segundo escalão, foram bem recebidas pelo mercado, com destaque para a nomeação de Henrique Meirelles para o Ministério da Fazenda. Inicialmente, as medidas apresentadas apontam uma direção correta para estabilizar o forte crescimento dos gastos públicos nos últimos anos. Entretanto, a ausência de medidas de maior impacto fiscal, tais como a reforma da previdência e aumento de impostos fez o mercado operar sem direção definida, com perda do ímpeto do movimento de queda nas taxas de juros. Com relação à política monetária, a surpresa negativa com a inflação no mês de maio dificulta o início do ciclo de corte na taxa de juros, e, alinhado ao discurso do Banco Central, levou à uma revisão de apostas de corte a partir apenas da reunião de setembro deste ano. O ajuste nos vértices curtos levou à alta das taxas mais longas, juntamente com uma correção do movimento exagerado de abril, fez a curva reduzir a inclinação negativa no trecho de maior duração. Nesse contexto, os sub índices IRF-M 1, IRF-M 1+ e IRF-M TOTAL apresentaram respectivamente, variação de 1,06%, -0,14% e 0,26%.

IMA-B

Acompanhando movimento similar na curva prefixada, a curva de NTN-B não trouxe movimentos significativos no período, apresentando leve alta de cerca de 20 pontos em toda a curva. A baixa volatilidade da curva prefixada que serve como balizador para a curva de NTN-B fez com que os ativos oscilassem em um "range" bastante limitado. A surpresa negativa com a inflação de abril e maio assim como o aumento da expectativa de inflação para este e os próximos anos mensuradas pela pesquisa FOCUS semanal levaram à alta da inflação implícita neste período. O IPCA de abril apresentou alta de 0,61% ante a variação positiva de 0,43% em março, acima do teto das estimativas de mercado. Este também foi o comportamento do IPCA-15 de maio, que apresentou aceleração com relação ao indicador de abril, com alta de 0,86% de maio ante alta de 0,51% em abril. Nesse contexto, os sub índices IMA-B 5, IMA-B 5+ e IMA-B TOTAL apresentaram, respectivamente, variação acumulada de 0,79%, -0,73% e -0,09%.

DESEMPENHO DOS ÍNDICES DE RENDA FIXA vs META ATUARIAL (29/05/2015 a 31/05/2016)



Fonte: CAIXA

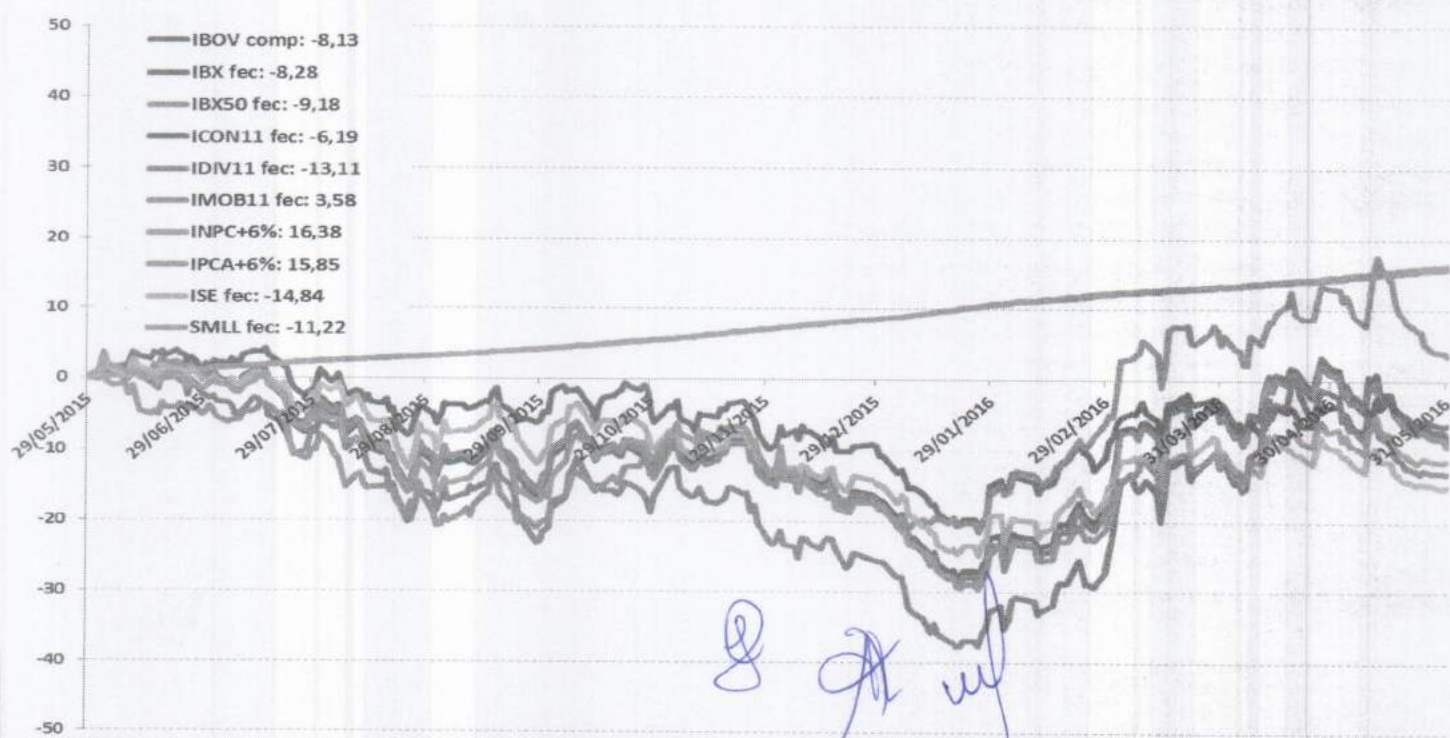
MERCADO DE CRÉDITO PRIVADO

No mercado doméstico, as captações de renda fixa movimentaram R\$ 5,6 bilhões com destaque para as emissões de CRI, que atingiram R\$ 3,6 bilhões. O volume de debêntures emitidas no mês foi de R\$ 1,3 bilhão, distribuídos em cinco operações envolvendo empresas de capital fechado: Ipiranga (R\$ 500 milhões), Linea Amarilla (R\$ 405 milhões), Compesa (R\$ 100 milhões), Ceb Dist (R\$ 71 milhões) e Cia Metrô Bahia (R\$ 200 milhões). Apesar da leve melhora em maio, no ano, as captações corporativas no mercado local apresentam uma retração de 59,1% em comparação a igual período do ano passado (Fonte: Anbima). No mercado de títulos emitidos por instituições financeiras, a demanda dos investidores se manteve concentrada, sobretudo, em Letras Financeiras de bancos de grande porte. As taxas ofertadas por estes bancos não apresentaram alterações significativas no período. A oferta de DPGE verificada no mês de maio foi restrita e inferior a do mês anterior. A exemplo do mercado corporativo, onde as empresas tem se movimentado na direção de captação por meio de ofertas públicas, algumas instituições, principalmente bancos médios e de montadoras, já sondam o apetite do mercado para captação via Letras Financeiras.

IBOVESPA

Em maio o Ibovespa recuou -10,09%, aos 48.472 pontos. O desempenho negativo no mês é atribuído basicamente a dois fatores: o aumento da probabilidade de ocorrer uma alta na taxa de juros dos EUA e o cenário político interno. O principal deles foi o aumento da probabilidade de aumento da taxa de juros nos Estados Unidos nas reuniões do FOMC de junho e julho. Esse movimento foi consequência da ata mais "hawkish" divulgada pela autoridade monetária ao longo do mês, referente à sua última reunião em abril. Os membros do FOMC avaliaram que os riscos globais às perspectivas econômicas dos EUA diminuíram em relação a março, ainda que o plebiscito sobre a permanência ou não do Reino Unido na União Europeia, que acontecerá em junho, e a imprevisibilidade do cenário prospectivo associado ao câmbio na China, permaneçam como ameaças. Dessa forma, o documento apontou que os dirigentes optaram por agir com o objetivo de desfazer uma leitura incorreta de parte do mercado e nortear as expectativas de volta ao cenário base do FED, de duas elevações de juros em 2016, alertando inclusive que uma alta na próxima reunião continua sobre a mesa. No front doméstico, mais uma vez observamos os efeitos do cenário político sobre os negócios na Bovespa. Em relação ao comportamento do Ibovespa, o setor de Papel e Celulose foi o destaque positivo, com alta de 8,05%. Pelo lado negativo o destaque foi o setor de Siderurgia, com queda de 37,49%. No exterior, os índices acionários norte-americanos encerraram o mês em alta: 0,08% (Dow Jones), 1,53% (S&P500) e 3,62% (Nasdaq). Na Europa, as bolsas tiveram desempenho misto, variando entre -3,09% (FTSE MIB) e 2,23% (DAX). Na Ásia, a bolsa japonesa foi destaque de alta (3,41%) enquanto a bolsa de Hong Kong cedeu 1,19%.

DESEMPENHO DOS ÍNDICES DE RENDA VARIÁVEL vs META ATUARIAL (29/05/2015 a 31/05/2016)



Fonte: CAIXA

O objetivo desta seção é trazer informações sobre o mercado financeiro para os RPPS

FOMC - Federal Open Market Committee

Na edição do Boletim RPPS deste mês vamos falar sobre o **FOMC**, sigla pela qual é conhecido o **Federal Open Market Committee** - Comitê de Mercado Aberto do Federal Reserve, banco central americano.

O FOMC é o órgão responsável pelas decisões de política monetária nos Estados Unidos e suas decisões e deliberações, por terem impacto nos mercados financeiros ao redor do mundo, são acompanhadas de perto por todo o mercado e deve também entrar no "radar" dos gestores de RPPS.

O comitê é composto por doze membros, sendo dez votantes. Os membros são indicados pelo presidente dos Estados Unidos e aprovados pelo Congresso americano.

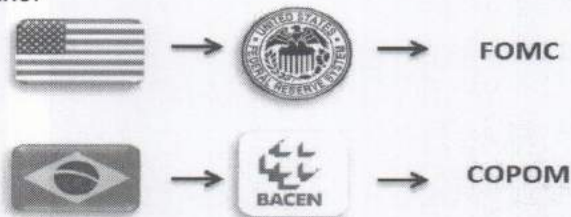
O FOMC realiza oito reuniões ordinárias por ano. Nessas reuniões, os membros examinam as condições econômicas e financeiras, e a estratégia de política monetária mais adequada frente a esse *outlook*.

As decisões são tomadas sempre avaliando os riscos para os objetivos de longo prazo do comitê.

Apesar de ser um órgão independente, o FOMC possui um mandato estatutário, definido pelo Congresso americano, que estabelece dentre outros fatores os objetivos precípuos do comitê, a saber:

- **estabilidade dos preços;**
- **pleno emprego.**

De forma análoga podemos dizer que o FOMC está para os Estados Unidos, assim como o COPOM está para o Brasil, conforme representado abaixo:



Importante destacar a diferença entre os objetivos. No caso do Brasil, o COPOM tem mandato único, que é estabilizar o nível de preços (inflação) no centro da meta anual definida pelo CMN.

Desde a crise financeira de 2008, os Estados Unidos vinham mantendo as taxas de juros em níveis próximos a zero (0 a 0,25%). O intuito da autoridade monetária era estimular o crescimento econômico. Esse movimento fez com que grandes fluxos de capital fossem direcionados aos mercados emergentes, incluindo o Brasil, com investidores estrangeiros aportando recursos em títulos públicos federais, e consequentemente impactando os preços desses ativos que compõem preponderantemente as carteiras dos fundos de investimentos destinados aos RPPS.

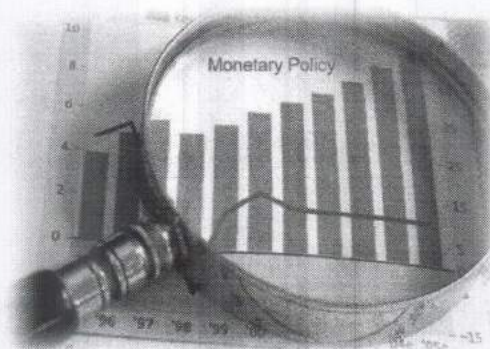
Com o decorrer do tempo e com os indicadores de atividade americanos passando a apontar um movimento de elevação da atividade econômica, o FOMC estabeleceu "patamares" para a confirmação das expectativas de normalização da economia.

Como na política monetária a comunicação clara e eficiente da autoridade com o mercado é fator primordial para a redução das incertezas, o FOMC estabeleceu como "target" as taxas de 2% e 4,8% para os indicadores de inflação e de desemprego, respectivamente, dado que esses níveis indicariam uma recuperação consistente da economia e consequentemente ancorariam uma mudança no patamar de juros. Nesse sentido o mercado passou a monitorar esses indicadores, buscando identificar possíveis elevações nos juros americanos.

Além desses indicadores, o FOMC analisa diversos outros dados da economia doméstica, tais como PIB, índices de atividade industrial, vendas no varejo, payroll, construções residenciais e comerciais, etc. O Comitê também considera em seu "balanço de riscos" as condições econômicas do **mercado global**, dado o peso que as decisões de política monetária americana tendem a ter no restante do mundo.

Como é sabido, oscilações nas expectativas de juros americanos tendem a afetar as curvas de juros ao redor do mundo. Dessa forma, entendemos que o acompanhamento das decisões do FOMC devem também compor o "instrumental" do gestor de RPPS no processo de tomada de decisão de investimentos. **Pense nisso!**

Fonte: <http://www.federalreserve.gov/>



CAIXA

Neste tópico são apresentadas informações sobre os fundos CAIXA destinados aos RPPS

CAIXA PARTICIPARÁ DO EVENTO NACIONAL DA ABIPEM EM FOZ DO IGUAÇU

A CAIXA estará presente no **50º Congresso Nacional da ABIPEM** que será realizado entre os dias 15 e 17/06 em Foz do Iguaçu/PR.

O evento organizado pela **ABIPEM – Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais** contará com palestrantes de renome no cenário previdenciário nacional.

O 50º Congresso Nacional da ABIPEM será mais uma oportunidade para os Gestores, Servidores e Conselheiros de RPPS adquirirem conhecimento técnico e gerencial e se atualizarem nos mais diversos temas de gestão dos RPPS. A participação em discussões e troca de experiências com dirigentes e técnicos de reconhecido destaque, nos diversos setores da Previdência Social, é outro grande mecanismo do conhecimento.



A CAIXA vai contar com um **stand exclusivo** para atendimento dos gestores que quiserem tirar dúvidas sobre seus investimentos e soluções atuariais.

Além da participação em palestras abordando os mais variados temas previdenciários, acreditamos que o contato direto com os gerentes que atuam exclusivamente com os fundos de investimentos dedicados aos RPPS é de grande importância para os gestores dos RPPS. Os gerentes da CAIXA estarão prontos para ajudá-los a estruturar uma carteira de investimentos aderente ao cenário econômico prospectivo para o segundo semestre com foco no atingimento da meta atuarial. Importante ressaltar que a CAIXA possui o portfólio mais completo de fundos de investimentos para o segmento, o que permite aos RPPS alocar seus recursos nos mais variados fundos enquadrados na resolução 3.922/10.

A CAIXA, que atualmente figura como líder na administração de recursos do segmento RPPS¹, possui como premissa promover, apoiar e disseminar encontros que permitam o aprimoramento e enriquecimento do debate previdenciário.

Eventos como o **50º Congresso Nacional da ABIPEM** por apresentarem-se como oportunidade aos gestores de RPPS na busca pelo aprofundamento dos conceitos relacionados à gestão previdenciária e às tendências do segmento, contam com o apoio da **CAIXA. Fique de olho!**



¹ – Pelo critério de gestão de recursos, baseado no ranking ANBIMA 04/2016 – Disponível em <http://portal.anbima.com.br/portal/portal/tecnicas/rankings/fundos-de-investimento/gestao/Pages/default.aspx>



[Handwritten signature]

CAIXA

Fundos/Categoria	Patrimônio Líquido	Mês				Ano				12 Meses			
		Rent.	% CDI	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% CDI	% INPC+6	% IPCA+6	Rent.	% CDI	% INPC+6	% IPCA+6
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso I, "b"													
Limite para alocação dos recursos: 100%													
FI BRASIL IMAB LP	R\$ 3.682.205.959,51	-0,14				13,77	250,56	194,07	210,70	12,56	89,79	76,65	79,21
FI BRASIL IRE-M 1 TP RF	R\$ 9.486.251.864,47	1,05	95,05	71,53	82,85	6,26	113,86	88,20	95,75	14,65	104,73	89,41	92,38
FI BRASIL IRE-M 1 + TP RF LP (1)	R\$ 174.789.144,29	-0,02				16,55	301,08	233,21	253,19	14,78	105,70	90,23	93,24
FI BRASIL IRE-M TOTAL TP RF (3)	R\$ 269.016.824,96	0,35	31,28	23,54	27,27	12,01	218,50	169,25	183,75	14,01	100,16	85,50	88,35
FI BRASIL IMAB 5 LP	R\$ 5.154.104.401,04	0,78	70,20	52,83	61,19	7,67	139,61	108,14	117,41	16,25	116,21	99,21	102,51
FI BRASIL IMAB 5 + LP (2)	R\$ 453.238.452,48	-0,80				17,46	317,78	246,14	267,23	12,51	89,44	76,35	78,89
FI BRASIL IMA GERAL	R\$ 1.016.783.027,34	0,38	34,72	26,13	30,26	10,67	194,13	150,37	163,25	13,49	96,46	82,34	85,09
FI BRASIL IDKA IPCA 2 A (3)	R\$ 3.690.400.412,26	0,80	71,81	54,04	62,59	7,47	135,92	105,28	114,30	16,70	119,39	101,91	105,31
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso III													
Limite para alocação dos recursos: 80%													
FIC NOVO BRASIL IMAB	R\$ 2.183.472.595,33	0,02	1,98	1,49	1,72	13,28	241,70	187,21	203,25	13,11	93,74	80,02	82,68
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	R\$ 178.519.543,60	1,04	93,57	70,42	81,56	5,13	93,41	72,35	78,55	13,03	93,15	79,52	82,16
FI BRASIL TP LP	R\$ 2.099.688.421,90	1,08	97,42	73,32	84,92	5,62	102,31	79,24	86,04	13,75	98,31	83,92	86,72
FI ALIANÇA TP LP	R\$ 391.764.810,00	1,09	98,02	73,77	85,44	5,60	101,95	78,96	85,73	13,70	97,96	83,62	86,41
FI RS TP LP	R\$ 291.728.074,23	1,09	98,01	73,76	85,43	5,64	102,67	79,52	86,34	13,74	98,24	83,86	86,65
Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV													
Limite para alocação dos recursos: 30%													
FI BRASIL REF DI LP	R\$ 4.500.978.722,97	1,10	99,75	75,07	86,95	5,51	100,20	77,61	84,26	14,05	100,46	85,75	88,61
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso VII, "b"													
Limite para alocação dos recursos: 5%													
FI BRASIL IPCA V CRED PRIV	R\$ 93.227.456,88	1,12	101,30	76,24	88,30	6,95	126,45	97,94	106,33	15,96	114,10	97,40	100,65
FI BRASIL IPCA VI CRED PRIV	R\$ 94.695.699,53	1,12	101,01	76,03	88,05	6,92	126,00	97,59	105,96	15,92	113,83	97,17	100,41
FI BRASIL IPCA VII CRED PRIV	R\$ 96.181.206,33	1,23	111,23	83,71	96,95	6,83	124,24	96,23	104,48	16,11	115,20	98,34	101,61
FI BRASIL IPCA VIII CRED PRIV	R\$ 89.426.395,93	1,15	104,26	78,47	90,88	6,99	127,23	98,55	106,99	16,16	115,54	98,64	101,92
FI BRASIL IPCA XI CRED PRIV	R\$ 116.026.377,90	1,23	111,14	83,65	96,88	6,30	114,68	88,83	96,44	15,36	109,83	93,76	96,88
FI BRASIL IPCA XII CRED PRIV	R\$ 118.164.376,53	1,25	112,61	84,75	98,16	6,28	114,32	88,55	96,14	15,35	109,75	93,69	96,81
FI BRASIL IPCA XIII CRED PRIV	R\$ 106.907.023,57	1,10	99,19	74,65	86,46	6,40	116,43	90,18	97,91	15,09	107,94	92,14	95,21
FI BRASIL IPCA XIV CRED PRIV	R\$ 99.764.312,24	1,10	99,18	74,65	86,45	6,39	116,36	90,13	97,85	15,08	107,85	92,07	95,13
FI BRASIL IPCA XV CRED PRIV	R\$ 98.333.464,87	1,14	102,89	77,44	89,69	6,38	116,08	89,92	97,62	15,12	108,15	92,32	95,40

IPCC e IPCA: Projeções para o mês de Março/2016

Regulamentação: Instrução CVM 409/04 e alterações posteriores / Resolução CMN 3.922/10

Regulamento disponível no site da CAIXA: www.caixa.gov.br

Portal de educação financeira da ANBIMA - Como Investir: www.comoinvestir.com.br

Assessor: Ernst & Young Tesco Andriotti Independência S/A



Atendimento ao Cliente:

As informações sobre o Fundo poderão ser consultadas: I - Diretamente nos pontos de venda; II - Pela "Internet" nos endereços eletrônicos: a) www.caixa.gov.br b) www.com.gov.br III - SAC: 0800 726 0101 IV - Ouvidoria Caixa: 0800 725 7474 V - Atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Fundo/Categoria	Patrimônio Líquido	Mes*			Ano			12 Meses		
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso I, "b"		Rent.	% CDI	% INPC+6	Rent.	% CDI	% INPC+6	Rent.	% CDI	% INPC+6
Limite para alocação dos recursos: 100%										
FI BRASIL MAB LP	R\$ 3.682.205.959,51	-0,14			13,77	250,56	194,07	210,70	12,56	89,79
FI BRASIL IRRF-M 1 TP RF	R\$ 9.486.251.864,47	1,05	95,05	71,53	6,26	113,86	88,20	95,75	14,65	104,73
FI BRASIL IRRF-M 1 + TP RF LP (1)	R\$ 174.789.144,29	-0,02			16,55	301,09	233,21	253,19	14,78	105,70
FI BRASIL IRRF-M TOTAL TP RF (3)	R\$ 269.016.824,96	0,35	31,28	23,54	12,01	218,50	169,25	183,75	14,01	100,16
FI BRASIL MAB 5 LP	R\$ 5.154.104.401,04	0,78	70,20	52,83	7,67	139,61	108,14	117,41	16,25	116,21
FI BRASIL MAB 5 + LP (2)	R\$ 453.238.452,48	-0,80			17,46	317,78	246,14	267,23	12,51	89,44
FI BRASIL IMA GERAL	R\$ 1.016.783.027,34	0,38	34,72	26,13	10,67	194,13	150,37	163,25	13,49	96,46
FI BRASIL IDKA IPCA 2 A (3)	R\$ 3.690.400.412,26	0,80	71,81	54,04	7,47	135,92	105,28	114,30	16,70	119,39
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso III										
Limite para alocação dos recursos: 80%										
FIC NOVO BRASIL IMA B	R\$ 2.183.472.595,33	0,02	1,98	1,49	1,72	13,28	241,70	187,21	203,25	13,11
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso IV										
Limite para alocação dos recursos: 30%										
FI BRASIL DISPONIBILIDADES RF	R\$ 178.519.543,60	1,04	93,57	70,42	81,56	5,13	93,41	72,35	78,55	13,03
FI BRASIL TP LP	R\$ 2.099.688.421,90	1,08	97,42	73,32	84,92	5,62	102,31	79,24	86,04	13,75
FI ALANCA TP LP	R\$ 391.764.810,00	1,09	98,02	73,77	85,44	5,60	101,95	78,96	85,73	13,70
FI RS TP LP	R\$ 291.728.074,23	1,09	98,01	73,76	85,43	5,64	102,67	79,52	86,34	13,74
Referenciado DI - Art. 7º, Inciso IV										
Limite para alocação dos recursos: 30%										
FI BRASIL REF DI LP	R\$ 4.500.978.722,97	1,10	99,75	75,07	86,95	5,51	100,20	77,61	84,26	14,05
Renda Fixa - Art. 7º, Inciso VII, "b"										
Limite para alocação dos recursos: 5%										
FI BRASIL IPCA V CRED PRIV	R\$ 93.227.456,88	1,12	101,30	76,24	88,30	6,95	126,45	97,94	106,33	15,96
FI BRASIL IPCA VI CRED PRIV	R\$ 94.695.699,53	1,12	101,01	76,03	88,05	6,92	126,00	97,59	105,96	15,92
FI BRASIL IPCA VII CRED PRIV	R\$ 96.181.206,33	1,23	111,23	83,71	96,95	6,83	124,24	96,23	104,48	16,11
FI BRASIL IPCA VIII CRED PRIV	R\$ 89.426.395,93	1,15	104,26	78,47	90,88	6,98	127,23	98,55	106,99	16,16
FI BRASIL IPCA XI CRED PRIV	R\$ 116.026.377,90	1,23	111,14	83,65	96,88	6,30	114,68	88,83	96,44	15,36
FI BRASIL IPCA XII CRED PRIV	R\$ 118.164.376,53	1,25	112,61	84,75	98,16	6,28	114,32	88,55	96,14	15,35
FI BRASIL IPCA XIII CRED PRIV	R\$ 106.907.023,57	1,10	99,19	74,65	86,46	6,40	116,43	90,18	97,91	15,09
FI BRASIL IPCA XIV CRED PRIV	R\$ 99.764.312,24	1,10	99,18	74,65	86,45	6,39	116,36	90,13	97,85	15,08
FI BRASIL IPCA XV CRED PRIV	R\$ 98.333.464,67	1,14	102,89	77,44	89,69	6,38	116,08	89,92	97,62	15,12

INPC e IPCA projetados para o mês de Março/2016

Regulamentação: Instrução CMV 409/04 e alterações posteriores / Resolução CMN 3.922/10

Regulamento disponível no site da CAIXA: www.caixa.gov.br

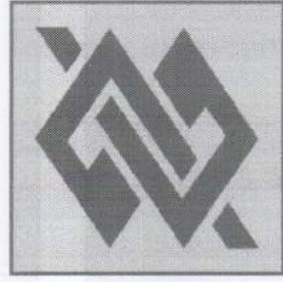
Portal de educação financeira da ANBIMA - Como investir - www.conhecedor.com.br

Anúncio: Entre a Melhor Tarefa. Anúncios. Indicações. S.A.S.



Atendimento ao Cotista:

As informações sobre o Fundo poderão ser consultadas: I - Diretamente nos pontos de venda; II - Pelo "Internet" nos endereços eletrônicos: a) www.caixa.gov.br b) www.cvm.gov.br III - SAC: 0800 726 0101 IV - Ouvidoria Caixa: 0800 725 7474 V - Atendimento a pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492



**UGP- Unidade Gestão
Previdenciária**

[Handwritten signature]

Cenário Econômico e Alocação para RPPS

#pública

Junho/2016



Experiência de **30 anos**

Líder de mercado há **22 anos**

R\$ 654,4 bi em recursos administrados

22,09% Share na indústria de fundos

Mais de 600 Fundos

283 funcionários

78% MBAs e Mestres

UGP – Unidade Gestão Previdenciária



#pública

Experiência de **18 anos**

30 funcionários atuando em
Assessoria Atuarial,
Assessoria em Investimentos,
Apoio Legal e Treinamento

1800 clientes RPPS

43,1 bi de recursos de RPPS

41,42% de Share



- Fundos/Alternativas de Investimento
- Assessoria Atuarial
- *Assessoria de Investimentos*
- Apoio Técnico/Legal
- Diagnósticos
- Treinamento

Cenário 2016 – Comentários

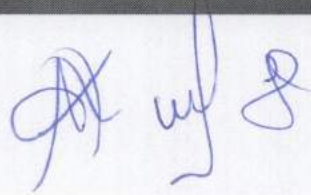


#pública



[Handwritten signature]

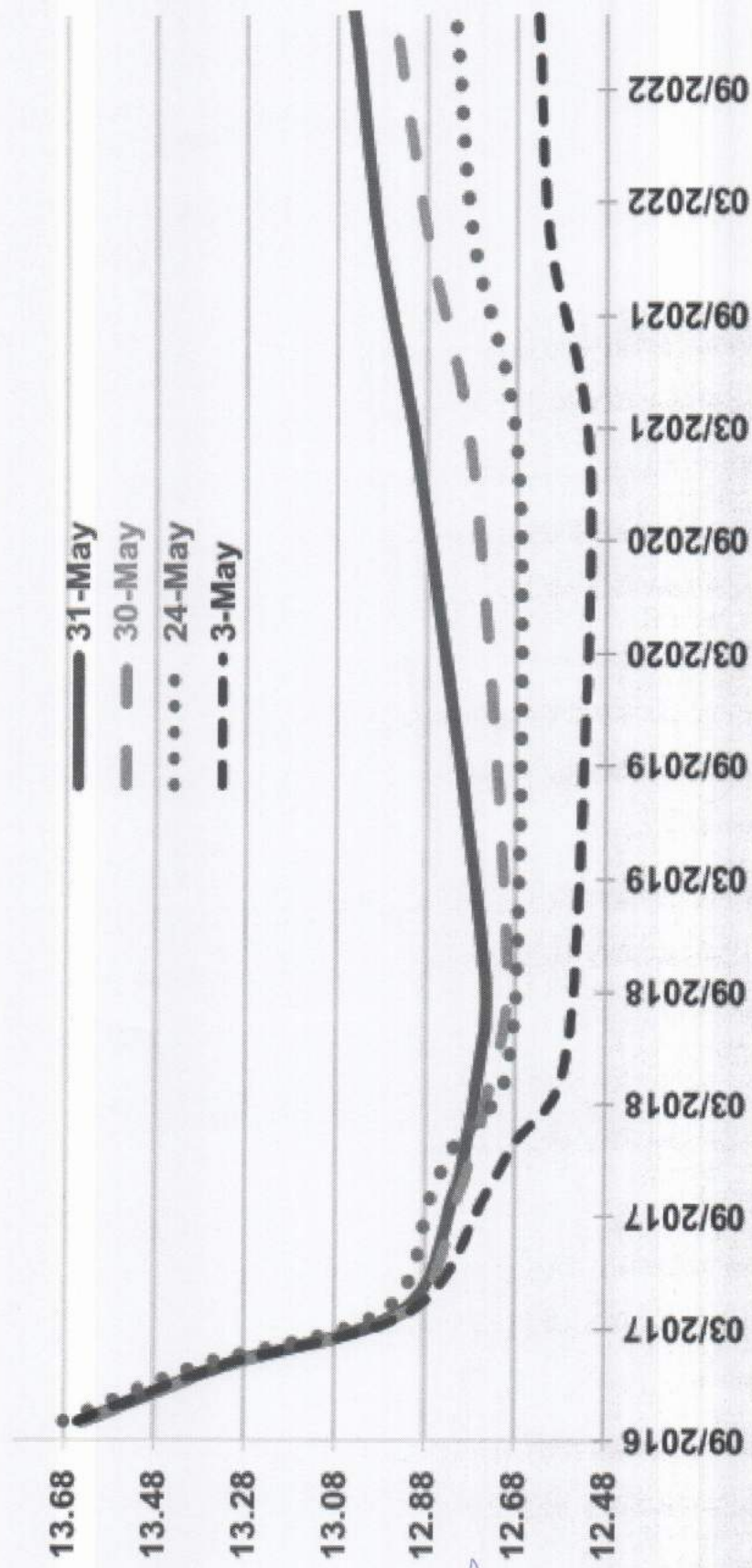
- ✓ Potencial aumento da taxa de juros do FED
 - *Provável queda do PIB Potencial*
- ✓ Referendo BREXIT
- ✓ Reuniões OPEP – Preço do Petróleo
- ✓ Ressurgimento crises fiscais: Grécia e Portugal
- ✓ Desvalorização Yuan
- ✓ Taxa SELIC – Sinais BACEN
- ✓ Inflação – Acompanhar índices



Curva de Juros 31/05/2016



#pública



FOCUS – RELATÓRIO DE MERCADO

(divulgado em 30/05/2016)



#pública

Mediana - agregado	Expectativas de Mercado							
	2016				2017			
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	6,94	7,04	7,06	▲ (2)	5,72	5,50	5,50	= (2)
IGP-DI (%)	7,12	7,20	7,20	= (1)	5,60	5,56	5,56	= (1)
IGP-M (%)	7,35	7,39	7,40	▲ (2)	5,62	5,71	5,63	▼ (1)
IPC-Fipe (%)	7,00	7,19	7,26	▲ (4)	5,40	5,25	5,25	= (1)
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	3,72	3,67	3,65	▼ (2)	3,91	3,88	3,85	▼ (2)
Taxa de câmbio - média do período (R\$/US\$)	3,66	3,63	3,63	= (2)	3,90	3,83	3,81	▼ (1)
Meta Taxa Selic - fim de período (%a.a.)	13,25	12,75	12,88	▲ (1)	11,75	11,38	11,25	▼ (3)
Meta Taxa Selic - média do período (%a.a.)	13,97	13,88	13,88	= (2)	12,04	11,75	11,73	▼ (13)
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	41,40	42,00	42,00	= (2)	46,15	46,95	46,95	= (1)
PIB (% do crescimento)	-3,89	-3,83	-3,81	▲ (2)	0,40	0,50	0,55	▲ (1)
Produção Industrial (% do crescimento)	-5,83	-6,00	-6,00	= (1)	0,50	0,90	0,90	= (1)
Conta Corrente¹ (US\$ Bilhões)	-20,00	-17,20	-16,62	▲ (3)	-17,75	-17,20	-14,93	▲ (3)
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	48,00	49,57	50,00	▲ (3)	50,00	50,00	50,00	= (8)
Invest. Direto no País¹ (US\$ Bilhões)	58,00	59,28	58,64	▼ (1)	60,00	60,00	60,00	= (5)
Preços Administrados (%)	6,95	7,00	7,00	= (3)	5,73	5,50	5,50	= (3)

* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

FOCUS – RELATÓRIO DE MERCADO

(divulgado em 30/05/2016)



#pública

Expectativas de Mercado				
Inflação nos próximos 12 meses suavizada				
Mediana - agregado	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comportamento semanal*
IPCA (%)	6,19	6,01	5,96	▼ (8)
IGP-DI (%)	5,84	5,91	5,90	▼ (1)
IGP-M (%)	5,99	6,04	6,06	▲ (3)
IPC-Fipe (%)	5,39	5,37	5,34	▼ (2)

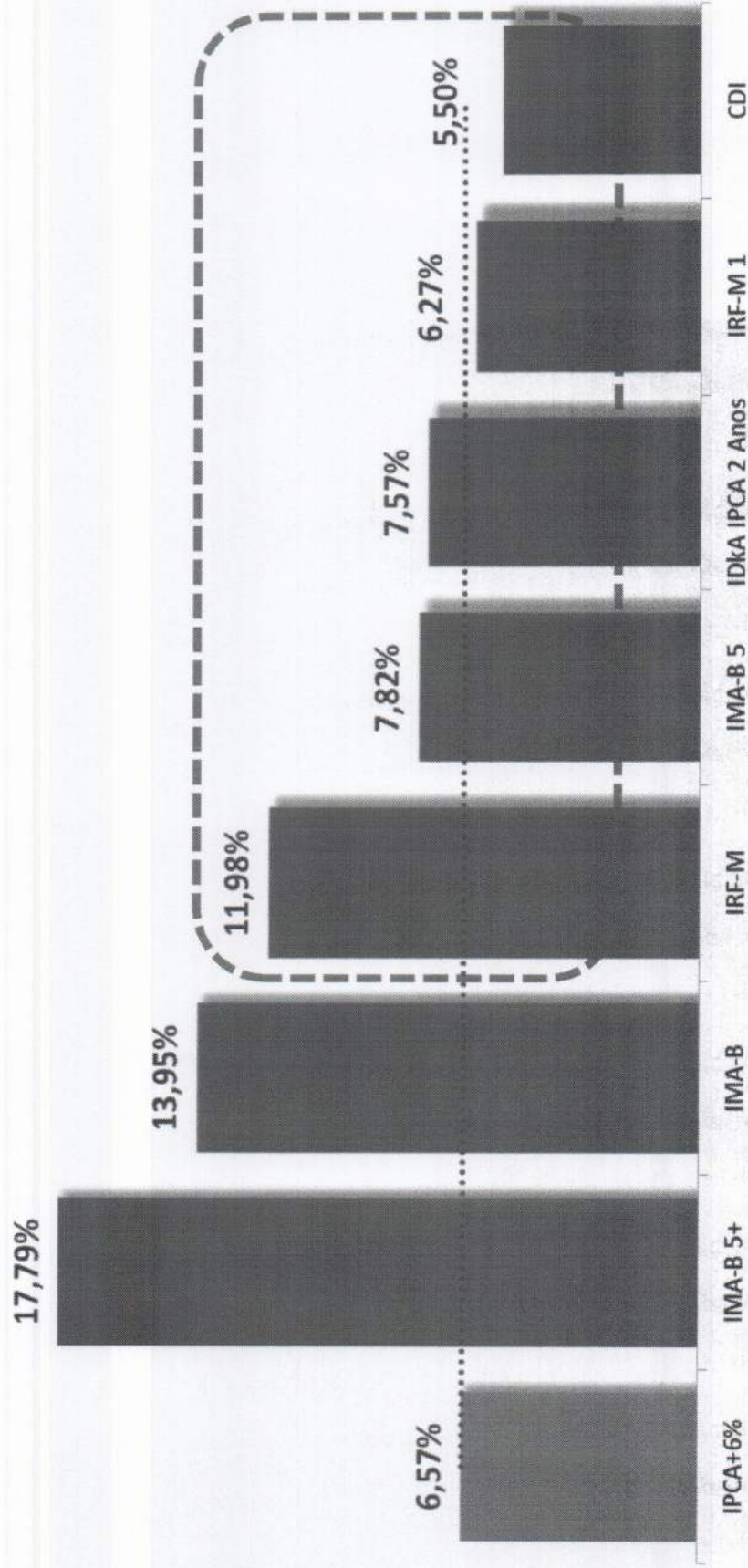
* comportamento dos indicadores desde o último Relatório de Mercado; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento

(▲ aumento, ▼ diminuição ou = estabilidade)

Rentabilidade Índices RF – Jan. a Maio/2016



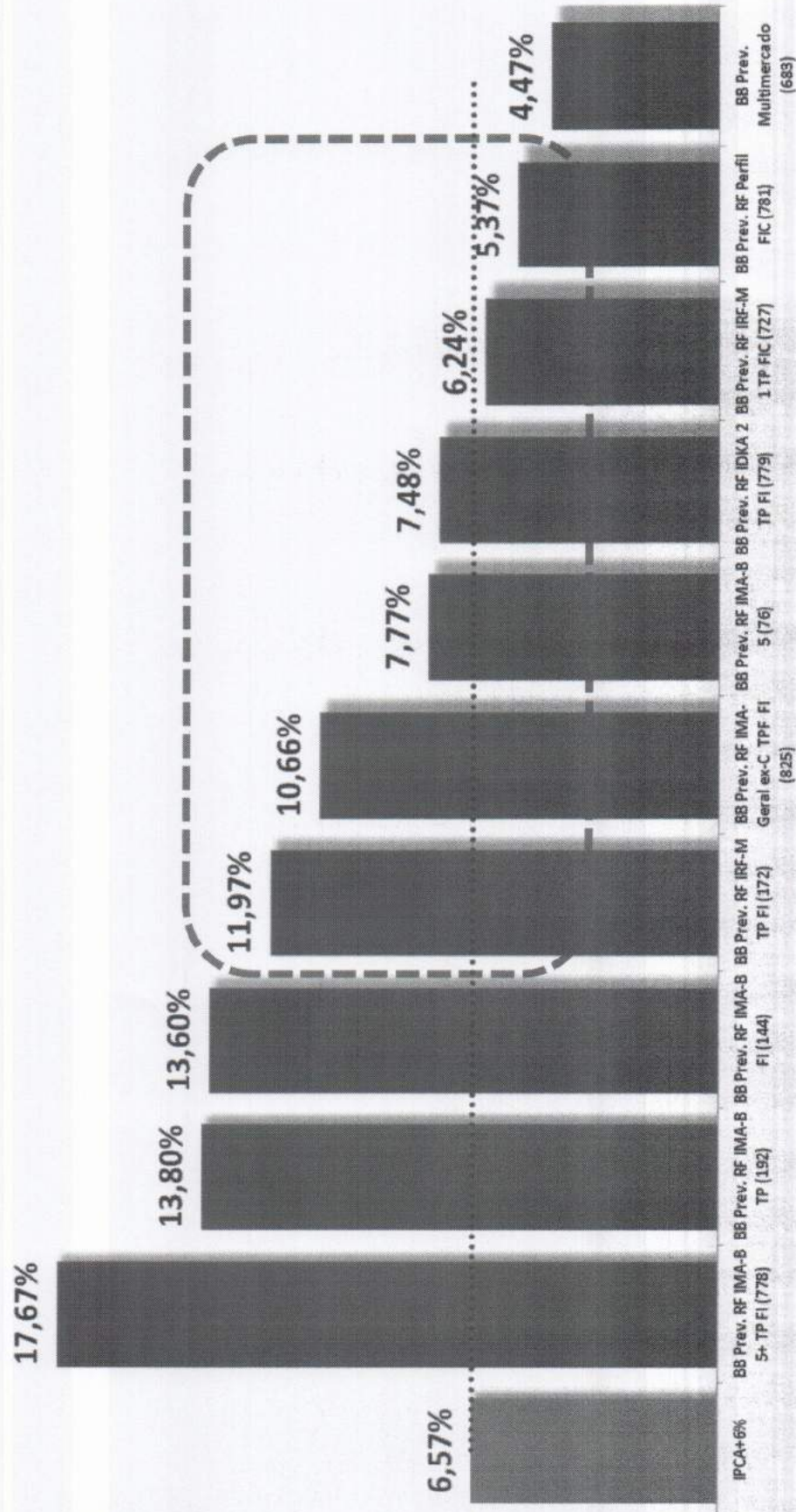
#pública



Rentabilidade Fundos RF BB – Jan. a Maio/2016



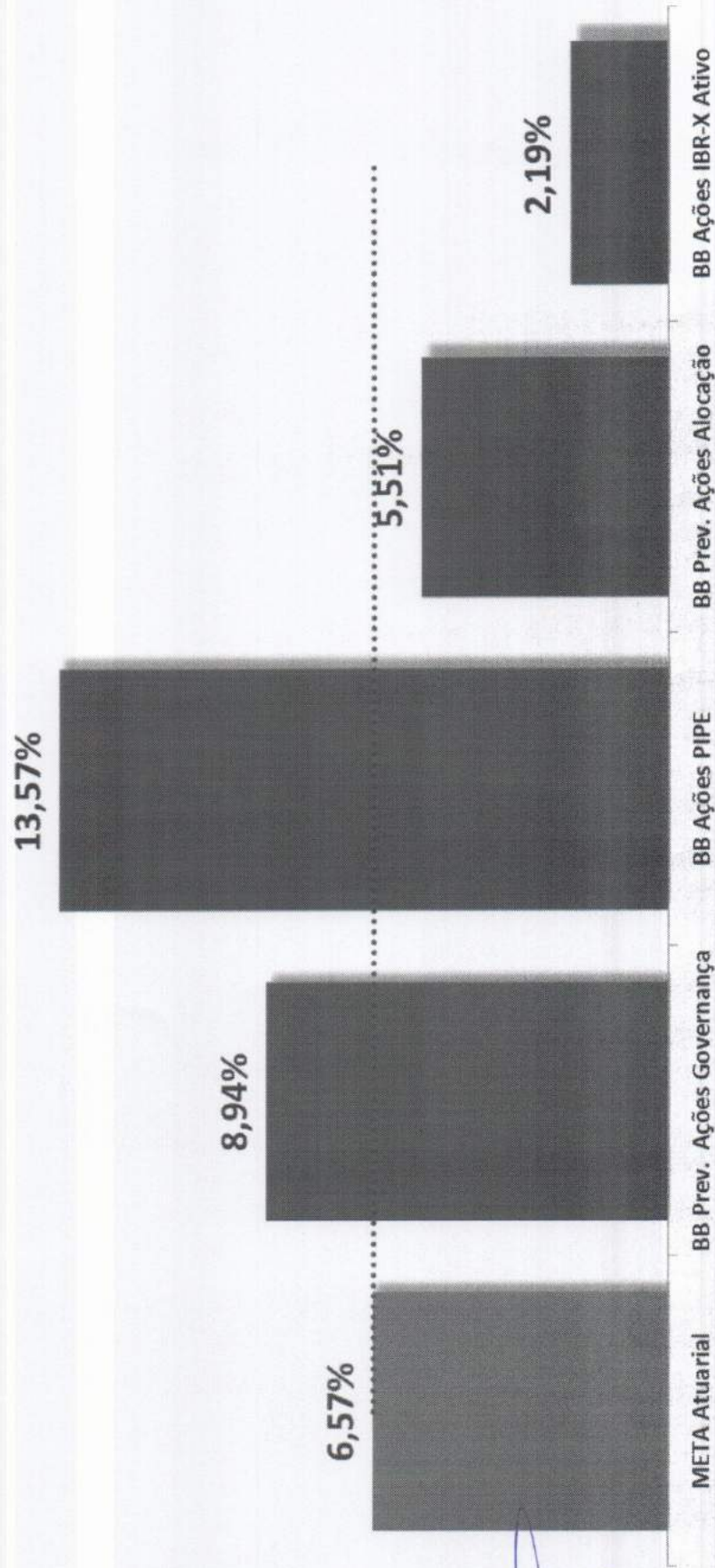
#pública



Rentabilidade Fundos RV BB – Jan. a Maio/2016



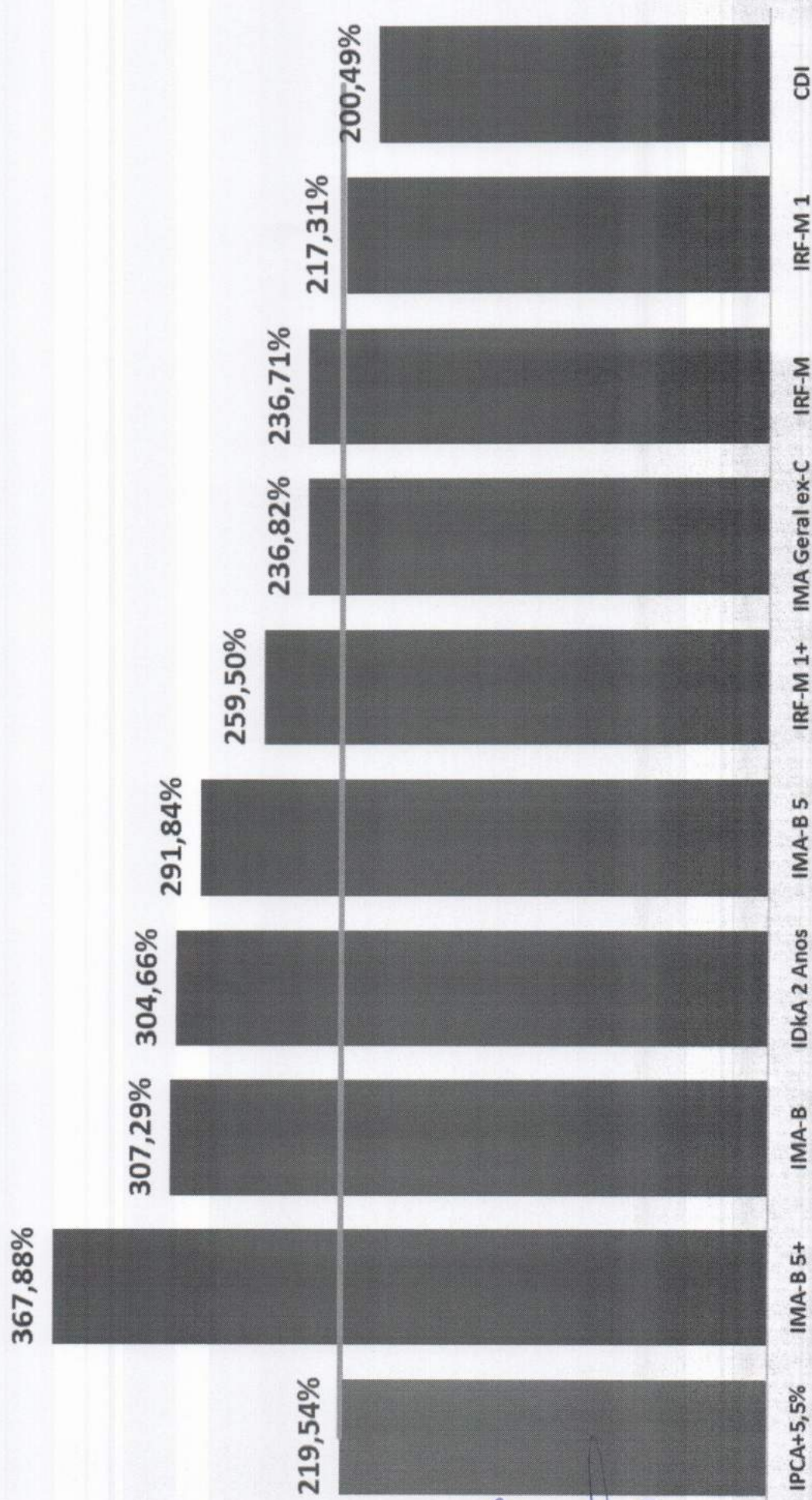
#pública



Rentabilidade Índice Anbima – Jan/2006 a 20/Maio/2016



#pública



CARTEIRA SUGERIDA – Junho/2016



#pública

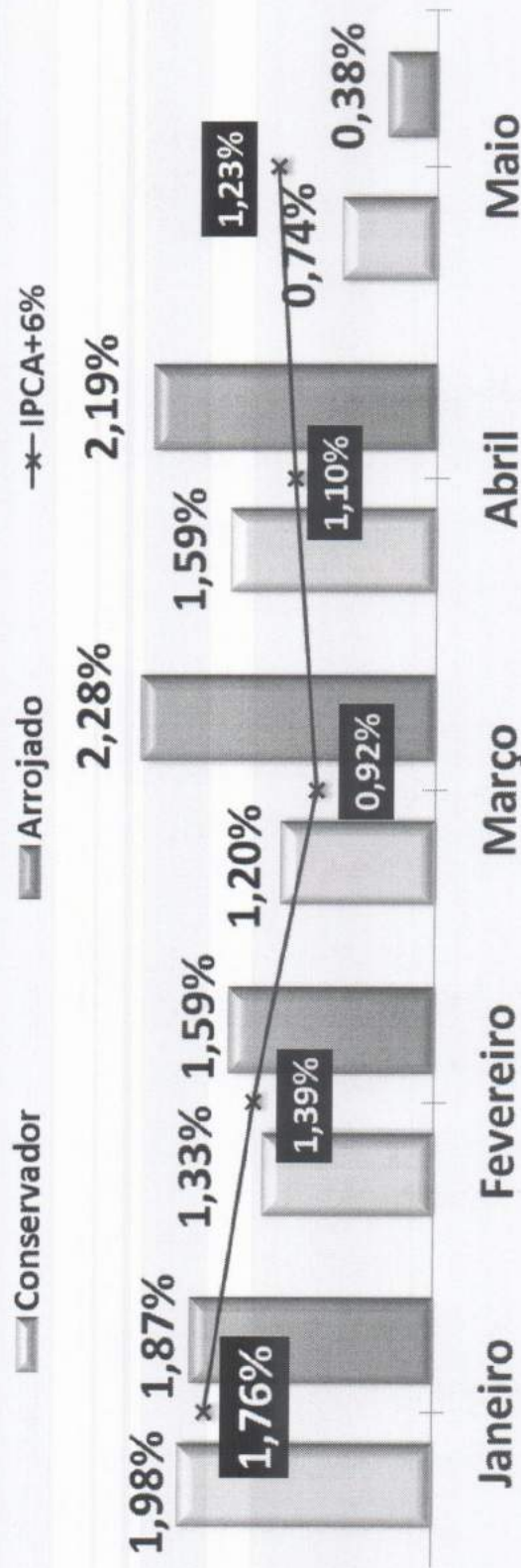
Fundo de Investimento		Parâmetro de Rentabilidade	Enquadramento	Limites Resolução	Conservadora Sugestão	Arrojada Sugestão
BB Prev. RF IMA-B 5+ TPF FI		IMA-B 5+	Art. 7º Inciso I-b	100%	1%	1%
BB Prev. RF IMA-B FI		IMA-B	Art. 7º Inciso III	20%	2%	10%
BB Prev. RF IMA-B TPF FI		IMA-B	Art. 7º Inciso I-b	100%	2%	10%
BB Prev. RF IMA-B 5 FI		IMA-B5	Art. 7º Inciso III	20%	20%	15%
BB Prev. RF IDKA 2 TPF FI		IDKA 2	Art. 7º Inciso I-b	100%	25%	20%
BB Prev. RF IRF-M TPF FI		IRF-M	Art. 7º Inciso I-b	100%	7%	10%
BB Prev. RF IRF-M 1 TPF FIC		IRF-M 1	Art. 7º Inciso I-b	100%	20%	14%
BB Prev. RF Perfil FIC		DI	Art. 7º Inciso IV	20%	20%	12%
BB Prev. Multimercado		DI	Art. 8º Inciso IV	5%	2%	5%
BB Prev. Ações Governança		IGC	Art. 8º Inciso III	15%	-	1%
BB Prev. Ações Alocação		Retorno Absoluto	Art. 8º Inciso III	15%	1%	2%
Fundos em Destaque - Oportunidade de Investimento						
BB Prev. RF IRF-M TPF FI		IRF-M	Art. 7º Inciso I-b	100%	7% a 10%	

Este documento é distribuído unicamente a título informativo. As simulações de composição de carteiras e as expectativas de retorno constituem modelos matemáticos e estatísticos que utilizam dados históricos e suposições para tentar prever o comportamento futuro. Estas simulações e informações não configuram, em nenhuma hipótese, promessa ou garantia de retorno esperado, nem de exposição máxima de perda. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Não existe no presente momento qualquer tipo de garantia, implícita ou explícita, do Banco do Brasil S.A. Opiniões e estimativas do Banco do Brasil podem mudar a qualquer momento sem prévio aviso. Este documento não leva em consideração os objetivos de investimentos, situação financeira ou necessidades específicas dos investidores, de forma particular. Não devem ser utilizadas para embasar nenhum procedimento administrativo perante órgãos fiscalizadores ou reguladores sem prévia autorização de seu autor. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir. O parâmetro de rentabilidade é uma referência de rendimento a ser perseguida pelo fundo e não uma garantia de rentabilidade. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

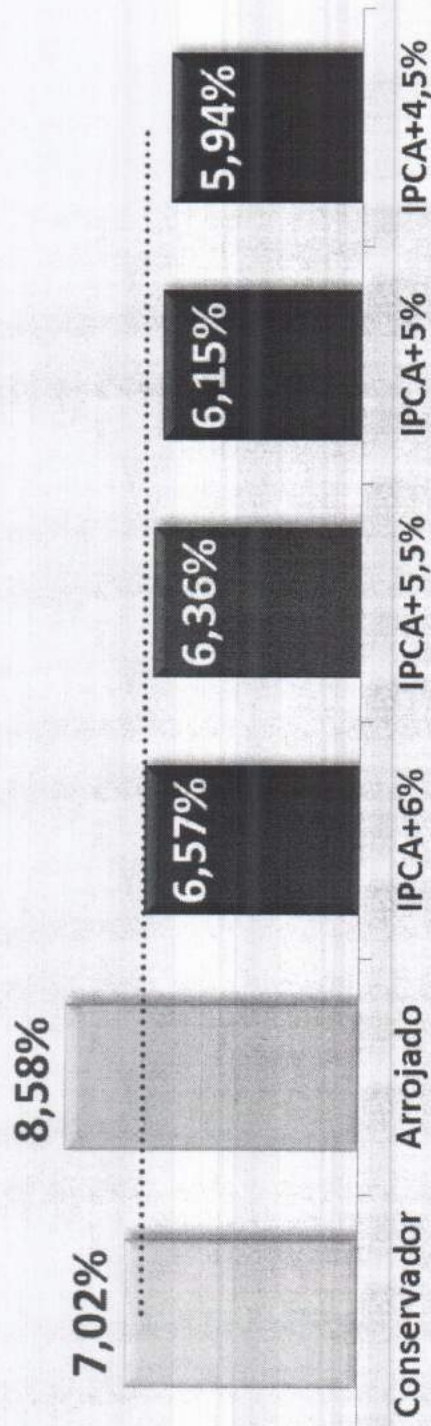
Histórico retorno da Carteira Sugerida 2016



#pública



Acumulado – Jan. a Maio/16



[Handwritten signatures]

Histórico retorno da CS 2016 (% CDI e % Meta Atuarial)

(Jan. a Maio/16)



#pública

Carteira Sugerida X IPCA + 6%

Referência	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Acumulado
Carteira Conservadora	1,98%	1,33%	1,20%	1,59%	0,74%	7,02%
% Meta Atuarial	112,19%	95,38%	130,44%	144,71%	60,15%	106,90%
Carteira Arrojada	1,87%	1,59%	2,28%	2,19%	0,38%	8,58%
% Meta Atuarial	106,30%	114,11%	248,16%	198,85%	31,12%	130,65%

Carteira Sugerida X CDI

Referência	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Acumulado
Carteira Conservadora	1,98%	1,33%	1,20%	1,59%	0,74%	7,02%
% CDI	187,49%	132,49%	103,27%	150,92%	66,83%	127,73%
Carteira Arrojada	1,87%	1,59%	2,28%	2,19%	0,38%	8,58%
% CDI	177,64%	158,51%	196,48%	207,38%	34,57%	156,12%



#pública

Vice-Presidência de Governo

Unidade Gestão Previdenciária

Divisão Investimentos e Finanças



Muito Obrigado!

ugp@bb.com.br

Este documento é distribuído unicamente a título informativo. As simulações de composição de carteiras e as expectativas de retorno constituem modelos matemáticos e estatísticos que utilizam dados históricos e suposições para tentar prever o comportamento futuro. Estas simulações e informações não configuram, em nenhuma hipótese, promessa ou garantia de retorno esperado, nem de exposição máxima de perda. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. Não existe no presente momento qualquer tipo de garantia, implícita ou explícita, do Banco do Brasil S.A. Opiniões e estimativas do Banco do Brasil podem mudar a qualquer momento sem prévio aviso. Este documento não leva em consideração os objetivos de investimentos, situação financeira ou necessidades específicas dos investidores, de forma particular. Não devem ser utilizadas para embasar nenhum procedimento administrativo perante órgãos fiscalizadores ou reguladores sem prévia autorização de seu autor. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Leia o prospecto e o regulamento antes de investir. O parâmetro de rentabilidade é uma referência de rendimento a ser perseguida pelo fundo e não uma garantia de rentabilidade. Fundos de investimento não contam com garantia do administrador, do gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou Fundo Garantidor de Crédito - FGC.



CARTA MENSAL

Maio/2016





CENÁRIO INTERNACIONAL

• Estados Unidos

Sem reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (*FOMC*) neste mês, as expectativas sobre a evolução da economia americana basearam-se na divulgação de dados econômicos.

A aceleração de 0,4% do índice de preços de maio significou o maior aumento dos últimos três anos; em abril, a variação havia sido de apenas 0,1%. Já a inflação, apesar de ter alcançado o patamar de 1,1% no acumulado dos últimos doze meses, continua abaixo da meta de 2% estabelecida pelo *Fed*.

A alta de 8,1% no custo dos combustíveis foi o fator que mais influenciou na evolução do *IPC* (sigla em inglês para o nível de preços) e teve significativo impacto no avanço de 3,4% nos preços da energia. Alimentos, por sua vez, tiveram uma aceleração em seus preços de apenas 0,2%.

Adicionalmente, o número de pedidos do auxílio-desemprego se manteve abaixo das 300 mil solicitações, faixa que, teoricamente, sinaliza um bom andamento do mercado de trabalho.

• China

Assim como o previsto, os dados divulgados da economia chinesa continuaram a decepcionar e a preocupar as autoridades econômicas.

Indicando que o setor privado continua desconfiado quanto às perspectivas da economia chinesa, investimentos, produção industrial e vendas no varejo avançaram em um nível aquém do esperado.

Em abril, a produção industrial foi de 6%, valor inferior aos 6,8% registrados no mesmo período do ano anterior; as vendas do varejo (junção da captação de aquisições privadas e públicas) subiram 10,1% e ficaram 0,4% abaixo do registrado no ano passado. Já os investimentos das empresas subiram

5,2% na comparação anual do período janeiro-abril, contra 5,7% do primeiro trimestre.

Pelo 14º mês consecutivo, a atividade industrial da China teve contração. O *PMI* da indústria caiu para 49,4 pontos no mês, ante 49,7 pontos de março. Para qualquer valor abaixo dos 50 pontos, é entendido contração.

As exportações caíram 1,8% na comparação anual ao passo que as importações retraíram 10,9%. Tal comportamento, continuou indicando uma fraca demanda interna.

Além disso, o risco de uma fuga de capital começa a preocupar a medida em que um provável aumento da taxa de juros americana se concretize. Uma apreciação do dólar com consequente depreciação do yuan pressionaria as empresas chinesas detentoras de dívidas em moeda estrangeira de tal modo que, como indicado pelo Instituto Internacional de Finanças, potencialize a vulnerabilidade da China às fugas de capitais.

• Europa

A definição temporária do acordo da dívida grega no encontro mensal dos ministros das Finanças do Eurogrupo trouxe um certo alívio para a região, que ainda aguarda a votação de permanência do Reino Unido na União Europeia.

Embora já esperado, a liberação de um terceiro resgate para a Grécia no valor de € 10,3 bilhões deixou ainda mais evidente as divergências e os desgastes entre os membros envolvidos na negociação.

O Fundo Monetário Internacional (*FMI*) se posicionou mais enfaticamente acerca da sua discordância sobre a sustentabilidade da dívida grega no longo prazo. Na visão da instituição, as medidas tomadas até o momento não são satisfatórias e não oferecem margem para uma retomada do crescimento da economia grega, que caminha para o oitavo ano de recessão.

Durante o encontro de discussão da

CENÁRIO INTERNACIONAL

renegociação da dívida grega, a instituição argumentou que um período de carência até 2040 seria necessário para todos os pagamentos gregos. Entretanto, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia discordaram e, só depois de uma ameaça do FMI de ficar de fora das negociações, é que uma carência em 2018 foi autorizada para o atingimento dos critérios que permitem à Grécia o recebimento de novas parcelas de resgates.

O posicionamento contrário a uma eventual retirada do Reino Unido da União Europeia feita na ata do Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra (*MPC*, sigla em inglês) também surpreendeu a todos e merece destaque. De modo muito claro, foram sinalizados os riscos de uma depreciação da libra esterlina e de um aumento do desemprego. O comunicado foi de encontro com a já conhecida opinião do presidente da instituição, Mark Carney, que afirma publicamente que uma saída do Reino Unido levaria à uma recessão técnica na região desde abril.

Em uma pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Pesquisa Econômica do Reino Unido foi concluído que, caso o Reino Unido opte por deixar a União Europeia, a desvalorização da libra esterlina poderia chegar a 20%.

A divulgação da PIB alemão no primeiro trimestre foi de encontro com as expectativas da *Eurostat* e confirmou a importância do consumo e dos gastos do governo para o funcionamento da economia. Cada um deles contribuiu com 0,2 ponto percentual no crescimento de 0,7% verificado do primeiro trimestre.

CENÁRIO NACIONAL

Nem mesmo o dia das mães, segunda data mais importante do comércio brasileiro, foi suficiente para alavancar o consumo no mês de maio. Segundo a

CENÁRIO NACIONAL

Serasa Experian, o desempenho das vendas este ano foi 8,4% menor do que no mesmo período do ano passado. Quando comparada as vendas a prazo, a redução chegou a 16,4%.

Levando em conta o cenário de aumento do nível de desemprego, entretanto, o resultado não foi uma surpresa. A taxa de desocupação no trimestre móvel encerrado em abril cresceu 1,7 ponto percentual em relação ao trimestre móvel encerrado em janeiro (9,5%) e atualmente corresponde a 11,4 milhões de pessoas (11,2%). Visto isto, é possível perceber que o resultado decepcionante nas vendas do dia das mães reflete o momento de contração da economia brasileira e de pessimismo das pessoas.

Em um levantamento realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito e pela Convenção Nacional dos Dirigentes Lojistas foi concluído que 47,5% dos consumidores planejaram gastar menos do que havia gasto no ano passado para as suas mães. O desemprego foi a principal razão, com 24,8%. Logo em seguida, estavam o endividamento e a necessidade de economizar (20% e 16,6%, respectivamente).

• Balança comercial

A balança comercial encerrou o mês de maio com um superávit de US\$ 6,4 bilhões. O valor obtido foi o maior saldo já registrado para o mês desde que a série histórica começou a ser contabilizada, em 1989 e, enquanto que as exportações somaram US\$ 17,571 bilhões, as importações alcançaram US\$ 11,134 bilhões.

Quando considerado o acumulado do ano, o saldo também ficou superavitário em US\$ 19,681 bilhões. No mesmo período do ano passado, ele era deficitário em US\$ 2,301 bilhões.

As importações continuam caindo e indicando uma fraca demanda interna brasileira. Em relação a maio de 2015, o



CENÁRIO NACIONAL

volume de bens importados foi 24,3% menor; já as exportações tiveram uma queda de 0,2%.

A importação de combustíveis e lubrificantes foi 44,3% menor, bens de consumo, -26,4%, bens de capital, -27,1% e bens intermediários, -19,2%. O aumento de 17,4% nos preços do minério de ferro exportado foi um fator que, juntamente com o aumento de 39,8% das exportações de automóveis, contribuiu para o superávit do mês. No caso da *commodity*, este foi o primeiro aumento verificado nos seus preços desde 2014.

• IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou uma taxa de variação superior a de abril. Em maio, o nível de preços de bens e serviços acelerou 0,78% frente a 0,61% do período anterior. Com isto, a inflação acumulada do ano passou de 3,25% para 4,05% e o acumulado dos últimos doze meses de 9,28% para 9,32%.

Dentre os grupos avaliados no cálculo da inflação o que mais surpreendeu foi "Habitação". No mês passado, ele havia tido um impacto negativo de -0,06 pontos percentuais sobre a variação de 0,61% registrada e, agora em maio, contribuiu sozinho com 0,27 pontos percentuais sobre os 0,78% da inflação de maio.

Este aumento significativo na participação de "Habitação" foi entendido pelo peso que o subgrupo "taxa de água e esgoto" teve no período (0,15 pontos percentuais). Os reajustes das tarifas de água tiveram alta de 10,37% e, quando considerado apenas São Paulo - que teve o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água suspenso no fim de março e o reajuste de 8,40% em maio - a variação chegou a 41,90%. Ademais, o impacto das correções dos preços verificados na energia elétrica, um subgrupo de "Habitação", foi de 2,28% e, também, contribuiu para o comportamento verificado

da inflação em maio.

Os demais grupos que apresentaram aumento foram: "Artigos de Residência" (de 0,26% para 0,63%), "Vestuário" (de 0,40% para 0,91%) e "Despesas pessoais" (de 0,23% para 1,35%).

• INPC

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) variou 0,98% no mês e, de maneira semelhante ao IPCA, ficou acima do resultado de 0,64% observado em abril. O seu acumulado do ano é de 4,60% e o seu acumulado dos últimos doze meses situa-se em 9,82%. Em ambos os casos, a sua aceleração é inferior ao mesmo período de tempo observado no ano passado (5,99% e 9,83%, respectivamente).

• SELIC

Ainda que não tenha ocorrido nenhuma reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) em maio, as autoridades financeiras foram os principais agentes em destaque no mês. Isto porque, com a tomada de posse do presidente interino Michel Temer, toda a equipe econômica será alterada.

Cercada de muitas especulações, a única certeza é de que a nomeação dos próximos candidatos deverá ser respaldada em personalidades fortes e que tragam segurança para o mercado (uma vez que uma das origens da crise instalada no país foi a de confiança). A provável escolha do ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles para a liderança da instituição apenas ratificaria esta estratégia do governo provisório. Entretanto, mais do que personalidades, as medidas de ajuste e de retomada do crescimento do produto brasileiro são amplamente aguardadas e, sem dúvidas, o objetivo comum de todas as partes envolvidas. O fato de os nomes cogitados terem prestígio por si só em nada aliviará a

CENÁRIO NACIONAL

dificuldade das medidas que precisam ser tomadas.

A reforma da previdência, a redução dos gastos públicos, a diminuição do nível de desemprego, a minimização da volatilidade do dólar, o andamento livre das investigações da PF, a retomada do consumo interno e a convergência da inflação para o centro da sua meta são apenas alguns de tantos outros problemas que precisam ser resolvidos.

No caso específico da próxima reunião do Copom, a maior dúvida é para saber se o próximo presidente do Banco Central e, conseqüentemente, presidente do Copom, presidirá a seção ou não.

Prevista para ocorrer nos dias 7 e 8 de junho, a participação do novo presidente do Banco Central na reunião do Copom poderia sinalizar já no começo de junho a estratégia adotada pelo novo governo provisório. Caso contrário, pouca relevância prática terá o próximo encontro e mais 45 dias teriam de ser esperados para que uma percepção mais clara acerca da nova política monetária seja estabelecida.

• Câmbio

Após três meses de valorização, o real inverteu sua tendência de alta e viu o dólar avançar. No mês, a moeda americana valorizou 5,01% frente ao real e deu um prejuízo de R\$ 3,05 bilhões ao Banco Central. Ainda assim, a moeda brasileira possui uma apreciação de 8,5% em relação a divisa americana no acumulado do ano e um saldo positivo (lucro) de R\$ 46,92 bilhões.

De maneira semelhante ao verificado no mês passado, a pressão no mercado cambial continua sendo, principalmente, devido a fatores não-econômicos. A utilização de *swaps* cambiais reversas (compra de dólares no mercado futuro para reduzir a liquidez e, conseqüentemente, aumentar o preço do ativo) não foi suficiente para manter o

dólar estável, que apresentou forte volatilidade.

O maior valor de fechamento do dólar estadunidense registrado no mês foi no último dia do mês (R\$ 3,6123). Já o menor valor de fechamento ocorreu em 11 de maio (R\$ 3,4456).

• PIB

O recuo de 5,4% verificado no primeiro trimestre frente ao mesmo período do ano passado apenas aumentou a pressão da nova equipe econômica do governo provisório de Michel Temer.

Quando considerado o primeiro trimestre de 2016 e o último trimestre de 2015, a redução foi de 0,3% e o quinto recuo consecutivo do Produto Interno Bruto. De acordo com o IBGE, agropecuária, indústria e serviços recuaram 0,3%, 1,2% e 0,2%, respectivamente.

A formação bruta de capital fixo (ou seja, investimentos) recuou pelo 10º trimestre consecutivo e diminuiu 2,7%; já o consumo das famílias (-1,7%) registrou a quinta variação negativa seguida e refletiu a taxa de desocupação, que cresceu 1,7 ponto percentual e atingiu 11,2% da população brasileira – cerca de 11,4 milhões de pessoas.

• Contas públicas

Embora tardia, a aprovação da nova meta fiscal no Congresso, enfim, permitiu um panorama mais realístico da situação brasileira. Se não tivesse sido aprovada, o governo teria que cumprir a meta aprovada de um superávit de R\$ 24 bilhões – algo considerado improvável no atual momento.

A aprovação de um déficit primário de até R\$ 170 bilhões foi superior aos R\$ 96,65 bilhões solicitados pela presidente afastada Dilma Rousseff que, devido a fatores não-econômicos, nem mesmo conseguiu a sua votação no Congresso. Embora ainda cedo para dizer se o atual

CENÁRIO NACIONAL

governo ficará dentro desta nova meta, é sabido que o alto valor foi em parte superestimado para evitar posteriores alterações e, também, possibilitar a percepção de que o governo apresentou resultados melhores do previsto.

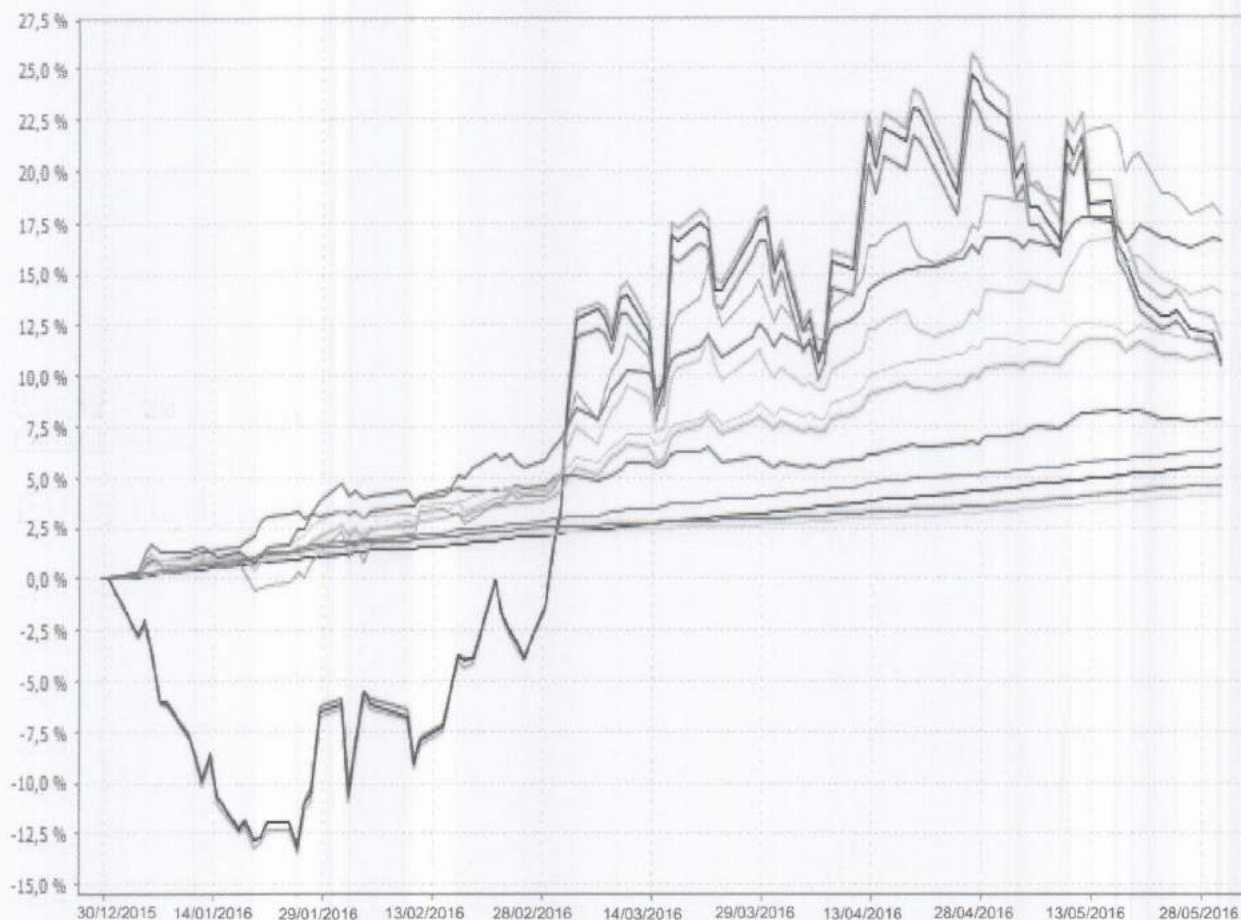
Uma vez determinada a situação das contas públicas, as atenções voltam-se para as medidas de reversão do déficit primário e, embora algumas evidências apresentem boas notícias, outras continuam a contradizer o discurso de austeridade fiscal.

Em abril, a conta de transações correntes apresentou um superávit de R\$ 412 milhões e as concessões líquidas superaram as captações líquidas em R\$ 784 milhões, sendo que o ingresso líquido de investimento direto no país (IED) foi de 6,8 bilhões. Visando o aumento da arrecadação em cerca de R\$ 2,37 bilhões, o Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) passou de 0,38% para 1,1% na compra de qualquer divisa estrangeira em espécie. O Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), por sua vez, registrou um superávit de R\$ 9,751 bilhões em abril.

Por outro lado, o resultado da conta corrente, quando considerado o acumulado dos últimos doze meses, acumula um saldo negativo de R\$ 34,1 bilhões (aproximadamente 1,97% do PIB). De maneira semelhante, o superávit primário do governo em abril de R\$ 10,2 bilhões se converteu em um déficit de 2,33% do PIB. A relação dívida/PIB cresceu de 67,2% em março para 67,5% em abril e, em termos nominais, abril foi um mês de déficit de R\$ 13,613 bilhões.

Seja único, seja DMF.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES - Maio/2016



Retorno acumulado - 31/12/2015 até 31/05/2016 (diária)			
	Ativo	Retorno	Retorno YTD*
	CDI	5,55%	6,27%
	Ibovespa	11,82%	16,10%
	IBX	10,58%	14,60%
	IBX-50	10,81%	15,05%
	IMA Geral	10,92%	12,23%
	IMA-B	14,03%	15,94%
	IMA-B 5	7,90%	9,15%
	IMA-B 5+	17,88%	20,24%
	INPC	4,64%	4,84%
	IPCA	4,10%	4,28%
	IRF-M	12,04%	13,25%
	IRF-M 1	6,33%	7,01%
	IRF-M 1+	16,55%	18,06%

TENDÊNCIAS PARA 2016

De forma geral, os índices de renda variável tiveram uma performance mais fraca no mês de maio quando comparados com abril. O comportamento, entretanto, acompanhou o ânimo dos investidores, que seguem animados, mas cautelosos, com as recentes mudanças políticas. Por este motivo, espera-se que o comportamento de tais índices continue volátil nos próximos meses e que as oscilações do dólar, embora inferiores ao patamar apresentados no início do ano, continuem forte e muito sensíveis à boatos e especulações de fatores, principalmente, não-econômicos.

Em relação aos índices de renda fixa, todos eles apresentaram rendimentos positivos. A melhora do IMAB 5+, que teve o melhor desempenho dos índices de tal categoria (17,88%), sinaliza que, num longo prazo, as expectativas do mercado para com a economia brasileira estão melhorando. Além disso, a própria iminência de uma redução da taxa básica de juros Selic levou a uma mudança de estratégia do investidor. Como é sabido, uma vez que a taxa básica de juros cair, os preços dos títulos públicos subirão. Em relação aos índices de renda fixa de curto prazo, o IRF-M 1+ se manteve como o índice de maior retorno (16,55%).

Fora isso, a percepção de que opções de renda fixa atreladas à inflação e de fundos que possuem exposição a outros riscos, tal como o risco de crédito, continuarão oferecendo estratégias aos investidores por justamente permitirem uma defesa prévia às incertezas do mercado.

